



**TCE SP**  
**Tribunal de Contas**  
do Estado de São Paulo

**Compêndio de Consultas,  
Deliberações, Súmulas  
e Julgados**

2019



**TCESP**  
**Tribunal de Contas**  
do Estado de São Paulo

**Compêndio de Consultas,  
Deliberações, Súmulas  
e Julgados**

2019



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**2019**

### **CONSELHEIROS**

ANTONIO ROQUE CITADINI (PRESIDENTE)  
EDGARD CAMARGO RODRIGUES (VICE-PRESIDENTE)  
CRISTIANA DE CASTRO MORAES (CORREGEDORA)  
RENATO MARTINS COSTA  
ROBSON MARINHO  
DIMAS EDUARDO RAMALHO  
SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

#### **Secretário-Diretor Geral**

Sérgio Ciquera Rossi

#### **Ministério Público de Contas**

Thiago Pinheiro Lima – Procurador Geral

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Élida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Letícia Formoso Delsin

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

#### **Procuradoria da Fazenda Estadual**

Luiz Menezes Neto – Procurador-Chefe

Denis Dela Vedova Gomes

Carim José Feres

Luís Cláudio Mãnfió

#### **Auditores**

Samy Wurman

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

### **Supervisão**

Sérgio Ciquera Rossi  
Secretário-Diretor Geral

### **Coordenação**

Antonio Bento de Melo  
Diretor Técnico de Departamento – DSF-I  
Alexandre Teixeira Carsola  
Diretor Técnico de Departamento – DSF-II

### **Elaboração**

Eduardo de Castro Prado Garcia  
Raquel Ortigosa Bueno  
Renata Facchini Lellis  
Sandra Bardini Hoffmeier  
Marcello José Teixeira de Amorim

### **Atualização**

Cristiane Marie Ussui Gonzalez De Bonis  
Deusdete do Nascimento Santos  
Margareth Cristina Beccaris

### **Colaboração**

Revista do TCESP  
Coordenadoria de Comunicação Social

## **Apresentação**

Dentre as preocupações da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo está a de manter os jurisdicionados sempre bem informados, e para isto é muito importante manter constantemente atualizados os instrumentos colocados à disposição do público.

Como parte destes instrumentos tem-se os diversos manuais, como este, que trazem de forma didática a abordagem de assuntos de interesse para a atividade-fim, procurando auxiliar aos jurisdicionados para o cumprimento de suas obrigações perante o Tribunal.

Merece destaque o esforço que anualmente é feito com a realização do CICLO DE DEBATES, evento que neste ano de 2019 completou sua 23ª edição, e se destina a aproximar o Tribunal dos jurisdicionados.

O CICLO DE DEBATES tem sido realizado nas regiões administrativas do Estado, para facilitar os participantes e se tem mostrado um instrumento que possibilita aos agentes públicos, dos Poderes Executivo e Legislativo, notadamente seus dirigentes, a discutirem assuntos gerais e até pontuais, trocando, também, experiências, fato que tem resultado em grande benefício na melhoria da comunicação entre o Tribunal e os gestores.

Sempre atento ao bom uso das ferramentas tecnológicas, o Tribunal tem avançado no desenvolvimento de plataformas que contém informações úteis aos jurisdicionados e à sociedade, tendo-se, com os lançamentos feitos neste ano de 2019, um conjunto significativo de aplicativos:

- PAINEL DE OBRAS ATRASADAS E PARALISADAS
- PAINEL DE FISCALIZAÇÕES ORDENADAS
- VISOR SOCIAL DE RELATÓRIOS DE ALERTAS DA LRF
- OBSERVATÓRIO FISCAL
- MAPA DAS CÂMARAS MUNICIPAIS
- OLHO NA ESCOLA
- PAINEL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
- MAPA DA SAÚDE
- MAPA DE DESPOLUIÇÃO DO RIO TIETÊ

O Tribunal dispõe, também, da Escola Paulista de Contas Públicas, que tem anualmente realizado cursos e eventos, numa extensa programação, com vistas a capacitar o maior número de agentes da administração, em todas as áreas da atividade-fim.

Manter uma rotina de capacitação e ter sempre atualizados todos os instrumentos à disposição dos gestores e executores é uma tarefa que o Tribunal se empenha em realizar e espera estar contribuindo, assim, para facilitar as atividades dos jurisdicionados, prestando, também informações à sociedade.

ANTONIO ROQUE CITADINI  
Presidente

## Sumário

1.	CONSULTAS .....	9
1.1	Aplicabilidade dos Recursos do Ensino .....	9
1.2	Organizações Sociais .....	14
1.3	Contas Anuais .....	15
1.4	Licitação.....	15
1.5	Pessoal .....	28
1.6	Lei de Responsabilidade Fiscal .....	32
1.7	Remuneração .....	35
1.8	Diversos .....	40
2.	DELIBERAÇÕES.....	52
3.	SÚMULAS .....	59
4.	JULGADOS.....	64
4.1	DECISÕES EM EXAMES PRÉVIOS .....	64

# 1. CONSULTAS

## 1.1 Aplicabilidade dos Recursos do Ensino

**PROCESSO:** TC-120919/026/89

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Artur Nogueira.

**ASSUNTO:** Possibilidade de aplicação dos recursos oriundos do ensino na execução de obras com Creche e na manutenção da pré-escola na qual se transformará.

**CONCLUSÃO:** *“As despesas relacionadas com creche, e as que posteriormente se correlacionarem com sua transformação em Pré-Escola, poderão ser incluídas no percentual relativo ao ensino exigido pela Constituição Federal, desde que atendidas integralmente as prioridades impostas pelo texto constitucional, nas regras dos seus artigos 208, 211, 212, 213 e 214 da Constituição Federal; da Lei Federal nº 7348/85, bem como possam ser objeto dos demonstrativos a que se refere o §2º, do artigo 7º, das Instruções nº 10/89 desta Corte de Contas.”*

**SESSÃO:** 20-02-91 **PUBLICAÇÃO:** 04-04-91

**PROCESSO:** TC-132637/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

**ASSUNTO:** Possibilidade de considerar como despesa de ensino o valor venal da área doada ao Estado para construção de escolas estadual e municipal.

**CONCLUSÃO:** *“Não é possível, em face do que dispõe expressamente o artigo 212 da Constituição Federal e ainda porque a pretensão da consulente não implicaria na aplicação de recursos colhidos de impostos.”*

**SESSÃO:** 22-08-90 **PUBLICAÇÃO:** 14-09-90

**PROCESSO:** TC-100605/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Ubatuba.

**ASSUNTO:** Possibilidade de inclusão de Creches no percentual obrigatório na manutenção do ensino.

**CONCLUSÃO:** *“Possível. Encaminha cópia da manifestação da SDG, constante às fls. 30/33, que ilustra com maior amplitude a matéria.”*

**SESSÃO:** 13-12-89 **PUBLICAÇÃO:** 01-02-90

**PROCESSO:** TC-048777/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Urupês.

**ASSUNTO:** Possibilidade de lançar despesas com conservação de estradas municipais rurais e manutenção do maquinário na dotação orçamentária “Educação e Cultura.”

**CONCLUSÃO:** *“Não pode a municipalidade lançar despesas de conservação de estradas municipais rurais, bem como de manutenção do respectivo maquinário, mesmo que utilizadas quase que exclusivamente para transporte de alunos, na dotação orçamentária ‘Educação e Cultura.’”*

**SESSÃO:** 30-08-89 **PUBLICAÇÃO:** 07-09-89

**PROCESSO:** TC-062823/026/90

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Sertãozinho.

**ASSUNTO:** Possibilidade de enquadrar como despesa de ensino a construção de prédio para abrigar a Secretaria de Desenvolvimento Cultural.

**CONCLUSÃO:** *“Não é possível, ‘posto que as despesas relativas à construção de prédio para abrigar a Secretaria do Município não se enquadram dentre aquelas consideradas com a manutenção e desenvolvimento do ensino pelas previsões da Lei Federal nº 7348/85 e Instruções nº 2/89 deste Tribunal.’”*

**OBSERVAÇÃO:** De conformidade com as Instruções vigentes.

**SESSÃO:** 23-01-91 **PUBLICAÇÃO:** 07-02-91

**PROCESSO:** TC-053954/026/90

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Charqueada.

**ASSUNTO:** Possibilidade de utilização de verba de ensino para aquisição de caminhão para transportar gêneros às escolas.

**CONCLUSÃO:** *“Não é possível, ‘posto que a utilização de verba de ensino para aquisição de caminhão para transportar gêneros às escolas não encontra amparo nos dispositivos da Lei Federal nº 7348/85 e Instruções nº 2/89 deste Tribunal.’”*

**OBSERVAÇÃO:** De conformidade com as Instruções vigentes.

**SESSÃO:** 10-04-91 **PUBLICAÇÃO:** 12-06-91

**PROCESSO:** TC-020251/026/91

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Osasco.

**ASSUNTO:** Possibilidade de a Prefeitura custear despesas com fanfarras escolares, à conta do percentual mínimo de recursos aplicáveis no ensino.

**CONCLUSÃO:** *“Não é possível.”*

**SESSÃO:** 25-03-92 **PUBLICAÇÃO:** 06-05-92

**PROCESSO:** TC-019970/026/91

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Porto Feliz.

**ASSUNTO:** Possibilidade de inclusão de gastos com a escola de 1º grau da APAE no percentual dos 25% destinados ao ensino.

**CONCLUSÃO:** *“Possibilidade de inclusão de gastos com a escola de 1º grau da APAE no percentual dos 25% destinados ao ensino, desde que os recursos destinados tenham suas aplicações demonstradas e desde que o Município não deixe de aplicar*

recursos nas escolas públicas, por entender que a Constituição Federal ampara o desenvolvimento do deficiente, ao dispor no inciso III, do artigo 208, que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência e que o artigo 213 permite que os recursos destinados às escolas públicas sejam dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que comprovem a finalidade não lucrativa e que apliquem seus excedentes financeiros em educação.”

**SESSÃO:** 01-04-92 **PUBLICAÇÃO:** 01-05-92

**PROCESSO:** TC-011653/026/91

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Ourinhos.

**ASSUNTO:** Utilização da verba correspondente aos 25% do orçamento da educação no projeto de educação ambiental.

**CONCLUSÃO:** *“As despesas com a implantação do Projeto pretendido não podem ser feitas com os recursos obrigatórios que se destinam à manutenção das atividades vinculadas ao Ensino, ou com estas diretamente relacionadas, as quais se encontram especificadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na chamada ‘Lei Calmon’ e nas Instruções deste Tribunal sobre a matéria.”*

**SESSÃO:** 11-03-92 **PUBLICAÇÃO:** 11-04-92

**PROCESSO:** TC-012925/026/93

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Americana.

**ASSUNTO:** Possibilidade de inclusão de despesas destinadas ao Conselho de Prevenção ao Entorpecente no percentual de 25% destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino.

**CONCLUSÃO:** *“Não é possível. “A pretensão contida na peça inicial não se caracteriza como despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino.”*

**SESSÃO:** 20-04-94 **PUBLICAÇÃO:** 20-08-94

**PROCESSO:** TC-006954/026/93

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Ubirajara.

**ASSUNTO:** Possibilidade de inclusão de despesas com cópias xerográficas no percentual de 25% destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino.

**CONCLUSÃO:** *“Pode o Município incluir, no percentual destinado ao ensino, os gastos com cópias de material didático destinado a professores e alunos de escola estadual, durante o ano letivo.”*

**SESSÃO:** 27-04-94 **PUBLICAÇÃO:** 13-07-94

**PROCESSO:** TC-004094/026/93

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Barbosa.

**ASSUNTO:** Possibilidade de inclusão de despesas com obras e benfeitorias em escola pública, no percentual de 25% destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino.

**CONCLUSÃO:** *“Não há óbices na inclusão de despesas com obras e benfeitorias de escola estadual localizada no Município, desde que plena e satisfatoriamente atendidas as prioridades do sistema fundamental e pré-escolar, conforme impõe o parágrafo 2º do artigo 211 da Constituição Federal, decorrendo os dispêndios à conta da Receita Municipal própria e não de repasses feitos pela União ou Estado.”*

**SESSÃO:** 23-03-94 **PUBLICAÇÃO:** 19-07-94

**PROCESSO:** TC-000040/009/93

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Ilha Comprida.

**ASSUNTO:** Possibilidade de inclusão de despesas com convênio entre a Prefeitura e a UNICAMP, visando formação de mão de obra especializada, no percentual de 25% destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino.

**CONCLUSÃO:** *“As despesas mencionadas na exordial não podem ser levadas à conta dos 25% da receita resultante de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino.”*

**SESSÃO:** 25-08-93 **PUBLICAÇÃO:** 07-10-93

**PROCESSO:** TC-000468/002/95

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Reginópolis.

**ASSUNTO:** Possibilidade de inclusão de despesas com aquisição de equipamentos de musculação, com a finalidade de montar uma academia que atenderá aos alunos da rede escolar, no percentual de 25% destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino.

**CONCLUSÃO:** *“A par das Instruções nº 2/89 deste Tribunal, que contêm definições e orientações sobre a obrigatoriedade imposta às Prefeituras Municipais pela regra maior do artigo 212 da Constituição Federal, aos Municípios compete atuar prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar (parágrafo 2º, artigo 211 da Constituição Federal). Segundo entendimento pacífico desta Corte, somente quando atendidas, de modo satisfatório, todas as prioridades do sistema educacional fundamental e pré-escolar, e com reserva de absoluta prioridade de utilização por alunos dessa faixa, têm sido admitidos, dentro da verba destinada obrigatoriamente à educação, gastos com outros empreendimentos, diretamente relacionados à prestação do ensino – sendo que a prática de musculação por estudantes do sistema pré-escolar e do primeiro grau não se constitui em atividade física usual e corriqueira. Assim, despesa como a colocada não pode ser imputada ao tema ‘ensino’, por absoluta falta de ligação com a matéria.”*

**OBSERVAÇÃO:** De conformidade com as Instruções vigentes.

**SESSÃO:** 22-11-95 **PUBLICAÇÃO:** 19-12-95

**PROCESSO:** TC-034173/026/97

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Cajamar.

**ASSUNTO:** Possibilidade de inclusão de despesas com ensino supletivo à distância no percentual de 25% destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino.

**CONCLUSÃO:** *“Em nenhum desses casos, porém, a despesa poderá ser incluída no percentual do artigo 212 da Constituição Federal.”*

**SESSÃO:** 06-05-98 **PUBLICAÇÃO:** 27-05-98

**PROCESSO:** TC-000653/005/01

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Presidente Prudente.

**ASSUNTO:** Consulta acerca da possibilidade de inclusão dos vencimentos do Secretário da Educação e dos Diretores de Departamento da Secretaria da Educação no rol dos profissionais do magistério pagos com a parcela dos 60% da verba recebida do FUNDEF, desde que de forma proporcional ao número alunos matriculados no ensino fundamental.

**CONCLUSÃO:** *“O Secretário da Educação e os Diretores de Departamento da Secretaria da Educação podem ser incluídos no rol dos profissionais do magistério pagos com a parcela dos 60% da verba recebida do FUNDEF, com o esclarecimento de que a administração deverá computar no citado percentual, parcela proporcional ao número de alunos matriculados no ensino fundamental”.*

**SESSÃO:** 09-04-03 **PUBLICAÇÃO:** 13-05-03

**PROCESSO:** TC-027193/026/98

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Guareí.

**ASSUNTO:** Possibilidade de inclusão de despesas com implantação e manutenção do “Ensino à Distância”, nas despesas efetuadas com ensino fundamental ou médio.

**CONCLUSÃO:** *“Não é cabível a inclusão de gastos com sistemas de ensino à distância na apuração dos índices de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.”*

**SESSÃO:** 02-03-05 **PUBLICAÇÃO:** 04-03-05

**PROCESSO:** TC 036669/026/09

**INTERESSADO:** Presidente da Câmara Municipal de Araçatuba.

**ASSUNTO:** Possibilidade de o município conceder “vale educação” aos alunos da rede municipal.

**CONCLUSÃO:**

**PERGUNTA 1:** *“É possível à Prefeitura Municipal, ao invés de elaborar procedimento licitatório para aquisição de materiais escolares, visando à sua distribuição aos alunos da rede municipal de ensino, conceder aos alunos, por seus responsáveis, auxílio em pecúnia, mediante ‘vale-educação’, para que possam, no comércio local*

*apenas comprar os materiais escolares de que necessitam, prestigiando-se, assim, os comerciantes do Município?”*

**RESPOSTA:** *Não é possível substituir-se os kits escolares por “vale educação”, consistente de um auxílio em pecúnia dado ao pai ou responsável pelo aluno.*

*É vedado ao município transferir à família do aluno a responsabilidade que lhe cabe de instrumentalizar o educando com o material apropriado para seus estudos.*

**JUSTIFICATIVA:** *O procedimento pretendido não se mostra eficaz do ponto de vista educacional porque não garante uniformidade na compra do material, quer na quantidade, quer na especificidade e também na qualidade do material. Possibilitar-se-ia ter uma classe de alunos com materiais os mais diversos e nem sempre com todos os itens necessários.*

*Igualmente ineficaz se mostra do ponto de vista de controle dos gastos públicos, porque impossibilitaria ter-se segurança quanto aos recebedores e quanto à efetiva aplicação do valor recebido. Estar-se-ia dando margem à negociação no mercado desses “vales-educação”, comprometendo o resultado que se espera da utilização pelos alunos de material adequado que lhes seja oferecido para possibilitar-lhes e facilitar-lhes os estudos.*

*O pretendido privilégio para o comércio local mostra-se, também, ilegal, afrontando, como apontou a d. SDG, o princípio da isonomia e a lei de licitações.*

*Com a resposta negativa à primeira indagação, sua justificativa implica em considerar prejudicada a segunda indagação, qual seja:*

**PERGUNTA 2:** *“A adoção de procedimento dessa natureza implica violação dos princípios da legalidade e impessoalidade (art. 37, caput, da Constituição Federal), da livre concorrência ou livre iniciativa (art. 170, IV, e art. 173, § 4º, da Constituição Federal, e Lei Federal nº 8.884/1994) e os princípios e regras da Lei Federal nº 8.666/1993 (Lei de Licitações)?”*

**RESPOSTA 2:** *Prejudicada, pelas razões expostas.*

**PERGUNTA 3:** *“Há precedentes dessa Corte de Contas em relação a essa matéria?”*

**RESPOSTA:** *É negativa, conforme aponta a instrução dos autos.*

**SESSÃO:** 20-10-10 **PUBLICAÇÃO:** 01-03-11

## **1.2 Organizações Sociais**

**PROCESSO:** TC-10541/026/02

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Santo André.

**ASSUNTO:** Prestação de contas de entidades civis, após a EC 19/98.

**CONCLUSÃO:** *“A prestação de contas das entidades civis, qualificadas como organizações sociais pelo Poder Executivo Municipal deve ser efetuada nos termos das normas editadas nas Instruções nº 4/98 deste Tribunal.”*

**OBSERVAÇÃO:** De conformidade com as Instruções vigentes.

**SESSÃO:** 12-03-03 **PUBLICAÇÃO:** 19-05-03

**PROCESSO:** TC-002149/006/02

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista.

**ASSUNTO:** Possibilidade de a Administração Pública firmar vínculo de cooperação com Organizações não Governamentais, com Organizações Sociais de Sociedade Civil de Caráter Público e com Associações para a Operacionalização do PSF e do PACS, bem como da contabilização de seus gastos, após a edição da LRF.

**CONCLUSÃO:** *“É possível, desde que precedida de lei municipal dispondo sobre a matéria e que sejam observados os respectivos procedimentos de seleção das entidades interessadas em celebrar contratos de gestão, termos de parceria e convênios ou contratos com a Prefeitura.*

*Pode-se afirmar que os gastos decorrentes dos mencionados ajustes não se enquadram nos limites estabelecidos pelo artigo 19 da LRF.”*

**SESSÃO:** 05-05-04 **PUBLICAÇÃO:** 15-05-04

### 1.3 Contas Anuais

**PROCESSO:** TC-00140/004/93

**INTERESSADO:** Ex-Prefeito Municipal de Quintana.

**ASSUNTO:** Procedimento para prestação de contas do exercício de 1992.

**CONCLUSÃO:** *“A responsabilidade pela remessa das contas anuais do Município cabe ao titular do cargo de Prefeito Municipal, sendo que a mesma não isenta o anterior Chefe do Poder Executivo de quaisquer responsabilidades pela prática de atos ilegais, e muito menos transfere ao sucessor essas mesmas responsabilidades.”*

**SESSÃO:** 01-06-94 **PUBLICAÇÃO:** 04-08-94

### 1.4 Licitação

**PROCESSO:** TC-031118/026/88

**INTERESSADO:** FUNAP - Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso.

**ASSUNTO:** Possibilidade de dispensa de licitação para vendas de objetos elaborados pelos presos aos órgãos públicos.

**CONCLUSÃO:** *Possível. “A entidade em questão, além de exercer atividade social de natureza pública de competência e responsabilidade do Estado, constitui órgão atípico da administração, integrando-se na hipótese prevista no parágrafo único do artigo 22 do DL 2.348/87, prevalecendo, em decorrência, a dispensa prevista no artigo 16 da Lei Estadual nº 1238/76.”*

**OBSERVAÇÃO:** Atualmente, vigora a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**SESSÃO:** 15-06-88 **PUBLICAÇÃO:** 30-06-88

**PROCESSO:** TC-008211/026/89

**INTERESSADO:** Presidente da Câmara Municipal de Campinas.

**ASSUNTO:** Possibilidade de: adotar sistema “leasing” para aquisição de veículos, bem como a obrigatoriedade de pagamento de resíduo; servidor comissionado junto à Câmara receber pagamento através da Prefeitura e gratificação através da Câmara; pagamento de vantagens pessoais independentemente de nova lei.

**CONCLUSÃO:** *Não conheceu dos itens relativos a pagamentos, por tratar-se de situação consumada, de competência interna do Município.*

*“É possível arrendamento mercantil, que deverá ser precedido de procedimento licitatório, no qual o Consulente deverá optar pela escolha de qualquer veículo com características que supra suas reais necessidades, em conjugação com as condições de arrendamento, vedada, porém, a preferência de marca, não sendo obrigatório o pagamento de resíduo, posto lhe ser facultada a compra do bem, em face do normatizado no artigo 5º, letras “c” e “d” da Lei nº 6099/74, c.c. o artigo 9º, letras “e” e “f” da Resolução nº 980, de 1984, do Banco Central.”*

**SESSÃO:** 13-03-91 **PUBLICAÇÃO:** 04-04-91

**PROCESSO:** TC-142981/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

**ASSUNTO:** Possibilidade de contratação direta para restauração do Teatro Dom Pedro II, fundamentada na notória especialização.

**CONCLUSÃO:** *“A contratação com dispensa de certame pretendida pela Prefeitura deverá deter caracteres de natureza incomum e complexa, e a contratada, nos exatos termos do artigo 12, parágrafo único, do DL 2.300/86, por seus desempenhos anteriores, estudos, experiências, publicações, aparelhamento, equipe técnica etc., haverá permitir se conclua que, no campo de sua especialidade, o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”*

**OBSERVAÇÃO:** Atualmente, a definição de “notória especialização” está descrita no § 1º do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

**SESSÃO:** 01-08-90 **PUBLICAÇÃO:** 16-08-90

**PROCESSO:** TC-135791/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Praia Grande.

**ASSUNTO:** Possibilidade de efetuar pagamento adiantado para que a empresa concessionária de serviços públicos proceda à execução de serviços.

**CONCLUSÃO:** *“Possível, desde que o ajuste contenha cláusula que assegure os direitos da consulente.”*

**SESSÃO:** 18-04-90 **PUBLICAÇÃO:** 17-05-90

**PROCESSO:** TC-095213/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Campos Novos Paulista.

**ASSUNTO:** Possibilidade de a Prefeitura, mediante lei autorizadora, participar de Consórcios do setor privado para aquisição de máquinas e veículos para seus serviços.

**CONCLUSÃO:** *“O Município, devidamente autorizado por Lei Municipal, atendendo aos procedimentos licitatórios tutelados pelo Decreto-Lei 2.300/86 e cercado das garantias necessárias, poderá subscrever quotas de Consórcio, visando a aquisição de veículos, máquinas e equipamentos, com a recomendação no sentido de que, no edital de licitação, seja incluída a obrigatoriedade de apresentação, pela administradora que a vencer, de fiança bancária ou outra prevista em lei.”*

**OBSERVAÇÃO:** Atualmente, vigora a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**SESSÃO:** 07-02-90 **PUBLICAÇÃO:** 03-03-90

**PROCESSO:** TC-085123/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Piracicaba.

**ASSUNTO:** Possibilidade de aquisição de medicamento, junto à FURP, com dispensa de licitação.

**CONCLUSÃO:** *“Uma vez consultado o interesse do Município, nada obsta a dispensa de licitação na hipótese focalizada, ou a realização de certame licitatório para a aquisição do medicamento.”*

**SESSÃO:** 04-10-89 **PUBLICAÇÃO:** 19-10-93

**PROCESSO:** TC-079625/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Sertãozinho.

**ASSUNTO:** Possibilidade de aquisição de veículo, diretamente da fábrica, sem procedimento licitatório.

**CONCLUSÃO:** *“É exigível a licitação para aquisição de veículos, máquinas, tratores e afins.”*

**SESSÃO:** 13-12-89 **PUBLICAÇÃO:** 18-01-90

**PROCESSO:** TC-050916/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Sertãozinho.

**ASSUNTO:** Limites, para efeito de licitação (Decreto-Lei 2.300/86 ou Lei Orgânica do Município).

**CONCLUSÃO:** *“A Prefeitura Municipal deverá tomar como limites, para efeitos de licitação, os constantes do Decreto-Lei 2.300/86.”*

**OBSERVAÇÃO:** Atualmente, vigora a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**SESSÃO:** 09-08-89 **PUBLICAÇÃO:** 22-08-89

**PROCESSO:** TC-045923/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Mauá.

**ASSUNTO:** Legalidade de procedimento licitatório que tenha seguimento com a participação de interessados em número inferior a três, apesar de convidados interessados em número superior ao mínimo exigido.

**CONCLUSÃO:** *“O convite poderá ter seguimento mesmo com o comparecimento de apenas um interessado, devidamente qualificado, desde que se demonstre o efetivo chamamento de, no mínimo, três participantes do ramo do objeto licitado.”*

**SESSÃO:** 23-08-89 **PUBLICAÇÃO:** 31-08-89

**PROCESSO:** TC-014535/026/89

**INTERESSADO:** PROSBC - Progresso de São Bernardo do Campo S/A.

**ASSUNTO:** Obrigatoriedade de empresa em liquidação obedecer às normas licitatórias públicas, para alienar seus bens imóveis.

**CONCLUSÃO:** *“É exigível procedimento licitatório, prescrito no DL 2.300/86, enquanto não houver edição de regulamento próprio, que encerre forma seletiva simplificada, ‘ex-vi’ do artigo 86.”*

**OBSERVAÇÃO:** Atualmente, a obrigatoriedade em questão é prevista no art.17, inciso I, da Lei 8666/93.

**SESSÃO:** 02-08-89 **PUBLICAÇÃO:** 17-08-89

**PROCESSO:** TC-058772/026/90

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Osasco.

**ASSUNTO:** Aquisição de veículos usados.

**CONCLUSÃO:** *“É possível a aquisição de veículos usados pelas Prefeituras, desde que precedida de licitação, cabendo, ainda, à administração municipal, dar integral cumprimento aos princípios legais e constitucionais reguladores da matéria, no que tange à amplitude do certame e ao resguardo das garantias necessárias, através do edital.”*

**SESSÃO:** 19-01-94 **PUBLICAÇÃO:** 08-10-94

**PROCESSO:** TC-054858/026/90

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Buritama.

**ASSUNTO:** Possibilidade de publicação, somente em jornais de circulação regional ou local, de atos internos e externos das autarquias municipais.

**CONCLUSÃO:** *“O artigo 21 da Lei de Licitações regrou que os resumos dos editais de licitação, nas modalidades de concorrência e tomada de preços, devem ser publicados no Diário Oficial do Estado por três dias e uma vez em jornal de grande circulação no Estado ou no Município onde será realizada a obra ou serviço.”*

*De sua parte, a Medida Provisória nº 360, de 16-10-93 (que, rigorosamente, repete a mesma redação da MP 351, de 16-09-93, que perdeu a eficácia 'ex vi' do parágrafo único do artigo 62 da CF) repete a exigência de publicação, reduzindo-a a uma só vez no Diário Oficial e em jornal de grande circulação do Estado ou Município.*

*Destarte, qualquer Município (administração direta, indireta ou fundacional) não tem como se escusar de publicar avisos de concorrências e tomadas de preços, desde que a legislação federal assim obriga.”*

**SESSÃO:** 10-11-93 **PUBLICAÇÃO:** 03-12-93

**PROCESSO:** TC-053553/026/90

**INTERESSADO:** CODESAVI – Companhia de Habitação de São Vicente.

**ASSUNTO:** Aplicabilidade do DL 2.300/86 ou Lei Orgânica Municipal em procedimentos licitatórios.

**CONCLUSÃO:** *“É defeso aos municípios legislarem sobre matéria licitatória, por competir exclusivamente à União, devendo a consulente continuar a observar as normas do DL 2.300/86, inclusive quanto aos valores prescritos para as diferentes modalidades licitatórias, não tendo sofrido qualquer alteração o prejudgado contido no TC-50916/026/89, que deve ser utilizado como parâmetro nos casos da espécie.”*

**OBSERVAÇÃO:** Atualmente, vigora a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**SESSÃO:** 27-02-91 **PUBLICAÇÃO:** 26-04-91

**PROCESSO:** TC-044092/026/90

**INTERESSADO:** DIVESP – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado de São Paulo.

**ASSUNTO:** Viabilidade de aquisição de mobiliário, equipamentos e material permanente e de consumo sem licitação, em face da exiguidade do prazo.

**CONCLUSÃO:** *“As aquisições pretendidas devem ser previamente submetidas a certame licitatório, uma vez que não encontram amparo nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade contempladas pelo DL 2.300/86, nem na Lei 6.544/89.”*

**OBSERVAÇÃO:** Atualmente, vigora a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**SESSÃO:** 25-07-90 **PUBLICAÇÃO:** 14-09-90

**PROCESSO:** TC-039132/026/90

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Valinhos.

**ASSUNTO:** Legalidade do fornecimento de mercadorias à Prefeitura por pessoas que tenham parentesco com membros da Comissão Municipal de Licitação.

**CONCLUSÃO:** *“Não pode haver na Comissão Licitadora membro que se enquadre em qualquer dos casos especificados nos artigos 134 e 135 do Código de Processo Civil, em relação ao fornecedor, devendo ser afastado o funcionário.”*

**OBSERVAÇÃO:** Atualmente vigora a Lei nº 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), artigos 144 e 145.

**SESSÃO:** 05-09-90 **PUBLICAÇÃO:** 20-09-90

**PROCESSO:** TC-014560/026/90

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Ubatuba.

**ASSUNTO:** Possibilidade de adquirir equipamentos ou gêneros padronizados ou uniformizados sem licitação.

**CONCLUSÃO:** *“Somente é dispensável a licitação para aquisição diretamente do fabricante de materiais, equipamentos ou gêneros padronizados pela administração municipal, se esta padronização atender às prescrições do inciso I do artigo 14 do estatuto das licitações, com o resultado de estudos que demonstrarem ser esta a melhor solução para que se atenda aos princípios de funcionalidade, adequação ao interesse público, facilidade de operação e manutenção e, principalmente, da economicidade, que inviabilizaria o julgamento de proposta em função da qualidade e preço.*

*Nas normas específicas objetivando padronização e uniformização de materiais, equipamentos ou gêneros, não podem ser editados dispositivos que induzam à dispensa de procedimento licitatório e nem os que gerem situações que permitam que um só fornecedor possa preencher os requisitos estabelecidos.”*

**OBSERVAÇÃO:** Atualmente, vigora a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**SESSÃO:** 07-11-90 **PUBLICAÇÃO:** 11-11-91

**PROCESSO:** TC-026168/026/91

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Araras.

**ASSUNTO:** Aplicabilidade do Decreto Federal nº 30/91 nas licitações promovidas no Município.

**CONCLUSÃO:** *“É inaplicável, no Município de Araras, que utiliza em seus procedimentos licitatórios, as disposições do DL 2.300/86, o Decreto Federal nº 30/91, visto que a sua área de abrangência limita-se à esfera federal.”*

**OBSERVAÇÃO:** Atualmente, os procedimentos licitatórios são regidos pela Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pelas Leis 8.883/94, 9.032/95, 9.648/98 e 9.854/99.

**SESSÃO:** 20-05-92 **PUBLICAÇÃO:** 27-06-92

**PROCESSO:** TC-021421/026/93

**INTERESSADO:** Diretor de Transportes da FEPASA.

**ASSUNTO:** Conduta a ser adotada, diante da divergência entre o artigo 31, III da Lei 8.666/93 e o artigo 27, § 12 da Lei 6.544/89.

**CONCLUSÃO:** *“A vedação contida no artigo 27, § 12, da Lei 6.544/89 não contraria a Lei Federal 8.666/93 e deve ser observada nas licitações.”*

**SESSÃO:** 18-05-94 **PUBLICAÇÃO:** 22-07-94

**PROCESSO:** TC-019924/026/93

**INTERESSADO:** FUNAP – Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso.

**ASSUNTO:** Possibilidade de venda a órgãos públicos com dispensa de licitação.

**CONCLUSÃO:** *“Desobrigatoriedade da licitação, ‘ex vi’ do artigo 16 da Lei nº 1.238/76, instituidora da FUNAP, e do artigo 35 da Lei nº 7.210/84, instituidora da Lei das Execuções Penais.”*

**SESSÃO:** 16-03-94 **PUBLICAÇÃO:** 05-07-94

**PROCESSO:** TC-018267/026/93

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Ribeirão Preto.

**ASSUNTO:** Necessidade de publicação do aviso e homologação na imprensa oficial e/ou privada, em face do que dispõem os artigos 21, “caput” e 43, VI, § 4º, da Lei 8.666/93.

**CONCLUSÃO:** *“É obrigatória a publicação da deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.”*

**SESSÃO:** 13-04-94 **PUBLICAÇÃO:** 01-07-94

**PROCESSO:** TC-005584/026/93

**INTERESSADO:** Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**ASSUNTO:** Possibilidade de aquisição direta de livros para os Magistrados, junto às respectivas editoras.

**CONCLUSÃO:** *“É cabível, na hipótese versada nos autos, a inexigibilidade de licitação para aquisição de livros, para os Magistrados, diretamente das respectivas editoras, observadas as cautelas legais.”*

**SESSÃO:** 30-11-94 **PUBLICAÇÃO:** 17-01-95

**PROCESSO:** TC-004213/026/93

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Espírito Santo do Turvo.

**ASSUNTO:** Amplitude da regra inscrita no artigo 75, I, “b”, do Decreto Federal nº 2.300/86.

**CONCLUSÃO:** *“O prazo do artigo 109, I, da Lei 8.666/93 (sucedâneo do artigo 75, I, “b”, do Decreto Lei 2.300/86) aplica-se também à licitação na modalidade Convite.”*

**SESSÃO:** 13-04-94 **PUBLICAÇÃO:** 01-07-94

**PROCESSO:** TC-001895/026/93

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Itirapuã.

**ASSUNTO:** Publicação de editais de licitação.

**CONCLUSÃO:** *“Inexistindo imprensa oficial e particular no Município, deve a Prefeitura fazer publicar seus editais em jornal da região, bem como publicá-los pelo menos uma vez no Diário Oficial do Estado, por força do disposto no artigo 21, da Lei 8.666/93, além de determinação da própria Lei Orgânica do Município.”*

**SESSÃO:** 03-08-94 **PUBLICAÇÃO:** 28-09-94

**PROCESSO:** TC-018981/026/93

**INTERESSADO:** Secretaria da Saúde.

**ASSUNTO:** Possibilidade de aquisição de medicamentos diretamente da FURP.

**CONCLUSÃO:** *“A superveniência da MP nº 351, de 16-09-93, acrescentando o inciso XVI ao artigo 24 da Lei nº 8.666/93, soluciona, ao menos de imediato, o problema do consulente, lembrando que a referida MP perderá eficácia se não convertida em lei no prazo de 30 dias, a partir de sua publicação.”*

**SESSÃO:** 29-09-93 **PUBLICAÇÃO:** 13-11-93

**PROCESSO:** TC-002602/026/94

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Embu-Guaçu.

**ASSUNTO:** Legalidade e forma correta de aquisição de veículos através de consórcio.

**CONCLUSÃO:** *“Devidamente autorizado por lei municipal e atendendo aos procedimentos licitatórios prescritos na Lei 8.666/93, inclusive exigência do edital de licitação de que a administradora apresente fiança bancária ou outra garantia prevista em lei, o Município pode subscrever cotas de consórcio visando à aquisição de veículos para atender às necessidades da administração.”*

**SESSÃO:** 22-06-94 **PUBLICAÇÃO:** 23-08-94

**PROCESSO:** TC-001501/026/94

**INTERESSADO:** Secretaria da Saúde.

**ASSUNTO:** Possibilidade de aquisição de medicamentos da FURP.

**CONCLUSÃO:** *“Com as modificações introduzidas pela Lei 8.883/94, no que tange ao inciso VIII, do artigo 24, da Lei 8.666.93, é permitida a aquisição dos bens produzidos e só os feitos pela FURP, com vistas ao fornecimento de medicamentos aos órgãos de saúde pública, pela Secretaria da Saúde, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.”*

**SESSÃO:** 09-11-94 **PUBLICAÇÃO:** 10-02-95

**PROCESSO:** TC-000777/026/94

**INTERESSADO:** SEMASA – Serviço Municipal Água e Saneamento de Santo André.

**ASSUNTO:** Necessidade da exigência de comprovação de regularidade fiscal, junto ao INSS, das empresas participantes de licitação na modalidade Convite.

**CONCLUSÃO:** *“A comprovação da regularidade fiscal relativa à seguridade social em licitação, ou nos casos de dispensa licitatória, das proponentes ou da contratada, é imperativa, conforme estabelece o § 3º, do artigo 195, da CF, devendo ocorrer nos termos do artigo 29, da Lei 8.666/93.”*

*Quanto à faculdade estabelecida no §1º, do artigo 32, da Lei 8.666/93, só é aplicável quando o valor contratual for reduzido ou sua natureza não exigir quaisquer ponderações acerca da condição subjetiva da interessada.”*

**SESSÃO:** 09-11-94 **PUBLICAÇÃO:** 03-02-95

**PROCESSO:** TC-000007/002/94

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Barra Bonita.

**ASSUNTO:** Dúvida relacionada à doação de terrenos destinados à instalação de indústria no município.

**CONCLUSÃO:** *“Aconselha o consulente a lançar mão da concessão de direito real de uso, via da qual atenderá ao indispensável interesse público, sem desfazer-se de seu patrimônio.”*

**SESSÃO:** 27-07-94 **PUBLICAÇÃO:** 06-10-94

**PROCESSO:** TC-001281/004/95

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de São Pedro do Turvo.

**ASSUNTO:** Utilização do quadro de avisos para publicação de atos administrativos, na hipótese de inexistência de órgão de imprensa oficial.

**CONCLUSÃO:** *“Os municípios, quando desprovidos de órgão oficial de imprensa, deverão publicar os extratos de contratos no Diário Oficial do Estado, respeitados, ademais, os prazos prescritos na Lei 8.666/93.”*

**SESSÃO:** 17-09-97 **PUBLICAÇÃO:** 03-12-97

**PROCESSO:** TC-019266/026/95

**INTERESSADO:** USP.

**ASSUNTO:** Contratação de serviços de modificação e manutenção de edifícios tombados.

**CONCLUSÃO:** *“A Lei de Licitações e Contratos Administrativos não arrola entre os casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação um que se opere exclusivamente por estar tombado o bem sobre o qual recairão os serviços por contratar, sendo defeso ao administrador atribuir tais serviços diretamente a um interessado qualquer, apontando aquela condição como fundamento fático insulado de seu ato.*

*Nenhuma justificativa há para se admitir que sobre a execução de qualquer serviço, genericamente designado, tenha o idealizador de uma obra arquitetônica na qual serão realizados, direito de preferência à contratação, pois a gama de serviços públicos impróprios, os quais podem ser atribuídos a particular por meio de contrato administrativo, é imensa, devendo ser separados segundo o critério da finalidade e o da técnica necessária à sua execução, para não citar outros, antes de começar a se preocupar com eventual direito de autor sobre eles. Em contrapartida, se tais serviços fossem técnicos-especializados, voltados ainda mais para a restauração de alguma obra de arte,*

*teriam os idealizadores intelectuais direito de preferência para realizá-los, se vivos, e estivessem resguardados por alguma legislação específica, como é o caso das Leis nºs 5194/66 e 5988/73, ou, ainda, no caso de celebração de contrato entre eles e o ente público ou privado que, na condição de proprietários, almejasse obtê-los.”*

**SESSÃO:** 28-02-96 **PUBLICAÇÃO:** 22-03-96

**PROCESSO:** TC-005886/026/96

**INTERESSADO:** Presidente da CESP.

**ASSUNTO:** Alienação de imóveis.

**CONCLUSÃO:** *“A aplicação do direito de preferência nas alienações de imóveis depende de prévia edição de lei federal que expressamente a programe.”*

**SESSÃO:** 27-03-96 **PUBLICAÇÃO:** 17-04-06

**PROCESSO:** TC-037202/026/99.

**INTERESSADO:** Prefeito do Município de São Bernardo do Campo.

**ASSUNTO:** Procedimento a ser adotado pelo poder público quanto ao cumprimento de contrato julgado irregular por este Tribunal.

**CONCLUSÃO:** *“O poder público não fica desobrigado do pagamento de bens e serviços prestados por contratado, quando o Tribunal de Contas julgar ilegais a concorrência, o contrato e as despesas derivadas do ajuste, sendo que a única hipótese passível de ensejar a suspensão do pagamento da obrigação é a de que a ilegalidade do contrato, reconhecida pelo Tribunal, decorra de ato para o qual tenha, dolosamente, concorrido o contratado.*

*O pagamento deve respeitar as cláusulas do contrato original.*

*Quanto ao ressarcimento, aplica-se o disposto nos artigos 40, XIV, ‘d’ e 55 da Lei 8.666/93, tendo em vista que o atraso na liquidação das obrigações, por parte do poder público, caracteriza ilícito contratual.*

*O crédito não se contamina pela decisão do Tribunal, podendo ser cedido na forma disciplinada no artigo 1065 do Código Civil.*

*A referência ao artigo 78, VI da Lei nº 8.666/93 não tem aplicabilidade ao caso enfocado, já que essa disposição disciplina casos de rescisão contratual, quando o contratado transfere o ajuste e sua execução, vedados no edital e no contrato.”*

**SESSÃO:** 16-02-00 **PUBLICAÇÃO:** 18-02-00

**OBSERVAÇÃO:** Atualmente vigora a Lei 10.406/02. Novo Código Civil. Artigo 286 correspondente ao artigo 1065 do Código Civil anterior.

**PROCESSO:** TC-000178/026/06.

**INTERESSADO:** Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**ASSUNTO:** Interpretação extensiva do disposto no inciso II, do artigo 57, da Lei Federal nº 8666/93, em sua atual redação, a fim de que as situações de fornecimento contínuo encontrem melhor solução de execução.

**CONCLUSÃO:** *“Após a análise de cada caso em particular, poderão ser reconhecidas situações em que há um contexto de fornecimento contínuo, nas quais poderá haver uma interpretação extensiva do art.57, II, da Lei de Licitações, para o fim de ser admitida a prorrogação de prazo prevista naquele dispositivo legal, desde que essas situações sejam devidamente motivadas pela Administração e que sejam atendidas as condições cujos aspectos foram desenvolvidos no corpo do voto do Relator.”*

**SESSÃO:** 07-06-06 **PUBLICAÇÃO:** 04-07-06

**PROCESSO:** TC-013841/026/06

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Piracicaba.

**ASSUNTO:** Possíveis tipos de concorrência admitidos para a concessão de serviço público de limpeza urbana.

**CONCLUSÃO:**

*“a) negativamente ao primeiro quesito, pois, por tratar-se de serviço compulsório e uti universi, a limpeza urbana não permite seja remunerada mediante tarifa e, por conseguinte, não admite outorga por meio do instituto da concessão comum de serviço público;*

*b) negativamente ao segundo quesito, por ser, pela mesma razão do quesito anterior, descabida a concessão patrocinada, de vez que esta pressupõe que parte da remuneração se dê por meio de tarifa – prejudicado o terceiro quesito, ante a negativa das questões anteriores, ficando estabelecido, no entanto, à vista das normas legais referenciadas, ser cabível a parceria público-privada, na modalidade da concessão administrativa, quando os serviços de limpeza urbana envolverem maior complexidade, pois acrescidos, entre outros requisitos pertinentes, da implantação de aterro sanitário, usina de compostagem e usina de tratamento de resíduos de serviços de saúde, que necessitem de investimentos iniciais e de vulto, para amortização durante o prazo de vigência do contrato, e desde que atendidas todas as exigências das Leis 8.987/95, 11.079/04 e 11.445/07; no mais, a execução indireta de simples serviços de limpeza urbana deve reger-se pelas regras da Lei nº. 8.666/93, com prazo de 60 meses;*

*c) negativamente ao quarto quesito, podendo a concessão administrativa, como forma de parceria público-privada, se submeter ao tipo técnica e preço, ante a expressa autorização legal presente no inciso I do artigo 12 da Lei nº. 11.079/04, aplicando-se o enunciado da Súmula nº. 21 deste Tribunal nas licitações com base na Lei nº. 8.666/93. Decidiu, outrossim, considerando a recente edição da Lei federal nº. 11.445, de 5/1/07, que estabelece ‘diretrizes nacionais*

*para o saneamento básico, no qual se inserem também 'limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos', alertar ao consulente para que também observe os requisitos constantes da novel regra legal."*

**SESSÃO:** 04-07-07 **PUBLICAÇÃO:** 10-10-07

**PROCESSO:** TC-018124/026/06

**INTERESSADO:** Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A – PRODESAN.

**ASSUNTO:** Dispensa de licitação para aquisição de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade pública - aplicação da regra do artigo 24, inciso VIII, da Lei nº 8666/93.

**CONCLUSÃO:**

*"PERGUNTA 01 - A análise da conformidade de preços feita por esse E. Tribunal leva em conta a simplicidade ou complexidade do objeto contratual?*

*RESPOSTA 01 - Sim, porque, como se depreende de inúmeros julgamentos, em suas apreciações esta Corte sempre se atém ao caso concreto, analisando o objeto pretendido com todas suas peculiaridades próprias, inclusive eventuais simplicidade ou complexidade, e tomando, como parâmetro para comparação de preços, bens e serviços similares disponíveis no mercado.*

*PERGUNTA 02 - No caso de serviços que demandem a elaboração de orçamentos complexos, dada sua natureza singular (em que a obtenção de orçamentos junto a terceiros se mostra difícil), a demonstração através de composição do preço e a confrontação com valores utilizados nos seus diversos componentes com os publicados em revistas especializadas, tabelas de honorários divulgadas por entidades de classe (Ordem dos Advogados do Brasil, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Instituto dos Engenheiros etc.), atende à exigência do dispositivo legal?*

*RESPOSTA 02 - Sem dúvida, publicações especializadas e tabelas fornecidas por entidades de classe constituem valiosos instrumentos de comparação.*

*Não podem, por si só, porém, ser tomados pura e simplesmente como exclusivo e absoluto meio de demonstração da compatibilidade dos preços com os do mercado.*

*Esta exige comprovação convincente, cabal, a ser produzida por todos os meios hábeis, em cada caso concreto.*

*Por isso que se faz, aqui, de todo pertinente a observação bem colocada por SDG de que, 'tratando-se de exceção à regra da licitação, o dispositivo sob análise deve ser interpretado restritivamente, devendo o Administrador valer-se de todos os subsídios aptos a comprovar a compatibilidade de preços, nada impedindo que, mesmo presentes os requisitos previstos no inciso VIII, do artigo 24, proceda à licitação, caso não se convença de que deixar de licitar será mais econômico e conveniente ao interesse público.'*

**PERGUNTA 03** – *O conceito de serviços prestados previsto no mesmo dispositivo legal (art.24, VIII) alcança aqueles que têm por finalidade a execução de obra de engenharia?*

**RESPOSTA 03** – *Não, posto que, havendo a Lei nº 8666/93 estabelecido, em seu artigo 6º, incisos I e II, a distinção, embora passível de crítica, entre ‘obra’ e ‘serviço’, conceituando-os inclusive com exemplificações, não há como se entender estejam incluídos na expressão ‘bens produzidos ou serviços prestados’ os ‘serviços de execução de obra de engenharia.’*

*É que, se essa tivesse sido a intenção do legislador, assim teria especificado, como fez na disposição do inciso I, desse mesmo artigo 24 da Lei de Licitações, quando expressamente consignou ‘obras e serviços de engenharia.’ Não há, pois, como se dar à expressão interpretação ampliativa, para fazê-la abranger também atividade não especificamente declinada no texto.”*

**SESSÃO:** 21-03-07 **PUBLICAÇÃO:** 29-03-07

**PROCESSO:** TC-000650/003/12

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Várzea Paulista.

**ASSUNTO:** Aplicabilidade da nova redação dada ao artigo 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93, à modalidade de licitação Pregão.

**CONCLUSÃO:** “...o E. Plenário, em preliminar, satisfeitos os pressupostos, conheceu da consulta e, no mérito, deliberou respondê-la afirmativamente no sentido de que a redação dada pela Lei nº 12.440/11 ao artigo 29, inciso V, da Lei nº 8666/93 se aplica também ao pregão, nos termos constantes do voto do Relator, juntado aos autos.”

**SESSÃO:** 10-10-12 **PUBLICAÇÃO:** 18-10-12

**PROCESSO:** TC 1910/006/14

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Jardinópolis.

**ASSUNTO:** Consulta acerca da possibilidade da contratação de concessionária de serviços públicos de iluminação por inexigibilidade de licitação (delegação de serviços de iluminação pública à luz da Resolução ANEEL nº 414/10).

**CONCLUSÃO:** “Não há fundamento legal que ampare a contratação, por inexigibilidade de licitação fundamentada no inciso I do artigo 25 da lei nº8.666/93, das concessionárias dos serviços de energia elétrica, para prestação dos serviços de manutenção, conservação e ampliação do parque de iluminação pública dos municípios, devendo o respectivo ajuste ser precedido obrigatoriamente de regular procedimento licitatório, recomendando que os municípios observem o disposto no parágrafo 7º, do artigo 218, da resolução da ANEEL nº 414/10, incluído pela resolução ANEEL nº 587, de 10 de dezembro de 2013.”

**SESSÃO:** 28/06/17 **PUBLICAÇÃO:**02/08/17

## 1.5 Pessoal

**PROCESSO:** TC-139167/026/89

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Várzea Paulista.

**ASSUNTO:** Possibilidade de acúmulo de cargo por parte de servidor municipal.

**CONCLUSÃO:** *“O exercício da função de economista em mais de um município caracteriza acúmulo de função vedado pelo artigo 37, II e IX da Constituição Federal.*

*Na hipótese de ser exercida a função em apenas um Município e se neste for eleito Vereador, o servidor poderá exercer o direito de opção previsto no artigo 38, II e III da Constituição Federal.”*

**SESSÃO:** 27-11-91 **PUBLICAÇÃO:** 11-02-92

**PROCESSO:** TC-134082/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

**ASSUNTO:** Critério a ser obedecido para concessão da estabilidade dos servidores, prevista no artigo 19 das Disposições Transitórias da CF.

**CONCLUSÃO:** *“O artigo 19 do ADCT é de aplicação imediata e já considera estáveis aqueles que atendem seus requisitos. A formalização da situação dos servidores atingidos pelo benefício poderá ser feita por via de atos do Poder competente, para apostilamento e averbação.”*

**SESSÃO:** 09-05-90 **PUBLICAÇÃO:** 31-05-90

**PROCESSO:** TC-125760/026/89

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Mogi Guaçu.

**ASSUNTO:** Contratação sem concurso público.

**CONCLUSÃO:** *“Excetuadas as nomeações para cargo em comissão, toda a arregimentação de pessoal feita pelo município, seja para empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações, deverá ser precedida de concurso público, nos termos do artigo 37, II, da CF. As condições para contratação por tempo determinado deverão circunscrever-se ao atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, cujos casos deverão ser previamente estabelecidos em lei.”*

**SESSÃO:** 16-05-90 **PUBLICAÇÃO:** 05-07-90

**PROCESSO:** TC-124443/026/89

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Cardoso.

**ASSUNTO:** Situação funcional de servidores admitidos pela CLT.

**CONCLUSÃO:** *“À vista de os funcionários contarem com mais de 5 anos de efetivo exercício à data da promulgação da CF, adquiriram estabilidade e não podem ser demitidos, uma vez que a CF não estabelece distinção entre a forma como se deu a admissão, não sendo necessária edição de lei para regularizar a situação dos servidores.”*

**SESSÃO:** 23-10-91 **PUBLICAÇÃO:** 12-11-91

**PROCESSO:** TC-121454/026/89

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Itapevi.

**ASSUNTO:** Legalidade de contratações efetuadas com base na Lei Municipal nº 881/89 e remuneração dos funcionários fixada por Resolução da Câmara.

**CONCLUSÃO:** *“No que tange à investidura no serviço público, deverão ser obedecidas as regras do artigo 37 da CF.”*

**SESSÃO:** 18-04-90 **PUBLICAÇÃO:** 31-05-90

**PROCESSO:** TC-115527/026/89

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Jundiáí.

**ASSUNTO:** Correção monetária integral de valor de retroação objeto de reclassificação de cargos.

**CONCLUSÃO:** *“O valor das retroações só poderá ser corrigido se houver uma nova lei que expressamente o autorize.”*

**SESSÃO:** 22-08-90 **PUBLICAÇÃO:** 11-10-90

**PROCESSO:** TC-110564/026/89

**INTERESSADO:** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo.

**ASSUNTO:** Quadro de pessoal/estabilidade.

**CONCLUSÃO:** *“Não é possível a criação de cargos e a fixação do respectivo regime jurídico por resolução da Congregação de Professores, podendo caber a mesma indicação ao Prefeito, com propositura para que lei específica proceda à efetiva criação dos cargos necessários.”*

*O contrato sob a égide da CLT faculta a estabilidade de que trata o artigo 19, do ADCT. No que diz respeito aos funcionários não docentes, preenchidas as condições estabelecidas pelo dispositivo constitucional, podem ser considerados estáveis. Já ao pessoal docente foi vedada a estabilidade conferida (§ 3º, do artigo 19, do ADCT).*

*Quanto aos contratados e admitidos em data posterior à CF de 1988, deverão ser exonerados ou rescindidos seus contratos de trabalho.*

*Cada ente administrativo deve realizar seus próprios certames, no interesse dos serviços que lhes são cometidos.”*

**SESSÃO:** 09-05-90 **PUBLICAÇÃO:** 24-07-90

**PROCESSO:** TC-108577/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Tupã.

**ASSUNTO:** Possibilidade da contagem de tempo de serviço de aposentadoria de ex-servidor, federal ou estadual, nomeado para cargo em comissão, no serviço público municipal.

**CONCLUSÃO:** *“Não há vedação legal para aproveitamento de ex-servidor aposentado válido, isto é, que não tenha sido aposentado por invalidez real ou presumida,*

*para cargo em comissão. Não se cogita, naquele caso, acumulação de cargos, uma vez que o aposentado não tem mais cargo, emprego ou função, cessados com o ato de aposentadoria.*

*Não há que se falar em recolhimento do FGTS, pois os cargos em comissão são regidos pelo regime estatutário e não pela CLT.*

*O tempo contado para efeito de aposentadoria é estanque e não mais será contado para quaisquer fins, ou seja, é vedado contar tempo de aposentadoria para reconhecimento de direitos ou vantagens em cargo em comissão.”*

**SESSÃO:** 31-01-90 **PUBLICAÇÃO:** 24-02-90

**PROCESSO:** TC-102349/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

**ASSUNTO:** Possibilidade de contratar durante o período eleitoral candidatos regularmente habilitados em concursos.

**CONCLUSÃO:** *“Nomear e contratar são expressões vinculadas a regimes jurídicos distintos. A Lei Federal nº 7773, de 08-06-89, em seu artigo 15 proclama a nulidade dos atos que, no período que especifica, importem em nomear, admitir ou contratar servidores públicos, com as exceções estabelecidas nos itens I, II e III do § 1º da citada lei.”*

**SESSÃO:** 04-04-90 **PUBLICAÇÃO:** 10-05-90

**PROCESSO:** TC-023686/026/89

**INTERESSADO:** PROGUARU.

**ASSUNTO:** Acumulação de cargos (Diretor Presidente e Conselheiro de empresa de economia mista).

**CONCLUSÃO:** *“É possível o exercício concomitante dos cargos de Diretor e Membro do Conselho de Administração, de acordo com o disposto na Lei nº 6404/76, em especial seu artigo 143.”*

**SESSÃO:** 07-06-89 **PUBLICAÇÃO:** 29-06-89

**PROCESSO:** TC-062821/026/90

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Pirajuí.

**ASSUNTO:** Impedimento do Vice-Prefeito, que recebe verba de representação, ocupar cargo de provimento em comissão.

**CONCLUSÃO:** *“O artigo 37, XVI, da CF veda a acumulação dos cargos citados.”*

**SESSÃO:** 04-09-91 **PUBLICAÇÃO:** 27-12-91

**PROCESSO:** TC-061495/026/90

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Jardinópolis.

**ASSUNTO:** Contagem de tempo para servidores municipais com cargo em comissão que passaram para a CLT.

**CONCLUSÃO:** *“Têm estabilidade constitucional os servidores que, em 05-10-88, tinham relação jurídico-trabalhista ininterrupta superior a cinco anos, independentemente do regime jurídico pelo qual ingressaram no serviço público, exceto aqueles que nesse período ocuparam unicamente cargo de provimento em comissão.”*

**SESSÃO:** 03-02-93 **PUBLICAÇÃO:** 07-05-93

**PROCESSO:** TC-060734/026/90

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Santos.

**ASSUNTO:** Possibilidade de readmitir funcionários concursados que, a pedido, deixaram de ocupar os seus cargos; o limite de tempo para a efetivação; e, havendo pedido de demissão, de o funcionário voltar à ativa.

**CONCLUSÃO:** *“Não cabe readmissão por não existir, à luz do disposto no artigo 37, II, da CF, a possibilidade da invocação desse instituto.*

*Somente através de aprovação em novo concurso público pode o ex-funcionário ser investido em cargo público.”*

**SESSÃO:** 24-10-90 **PUBLICAÇÃO:** 23-11-90

**PROCESSO:** TC-055696/026/90

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Mirandópolis.

**ASSUNTO:** Possibilidade de realização de concurso público no período eleitoral.

**CONCLUSÃO:** *“Não há óbice à realização de concurso público no chamado período eleitoral, vedadas, entretanto, quaisquer formas de provimento dos cargos concursados, nos exatos termos do artigo 13 da Lei 6091/74, com as exceções previstas em seus parágrafos 1º e 2º.”*

**SESSÃO:** 17-10-90 **PUBLICAÇÃO:** 01-11-90

**PROCESSO:** TC-031523/026/90

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Miracatu.

**ASSUNTO:** Regularização da situação do pessoal não beneficiado pelo artigo 19 das disposições transitórias da CF.

**CONCLUSÃO:** *“A regularização da situação do pessoal não beneficiado pelo citado artigo 19 deverá formalizar-se por meio da realização de concurso público.”*

**SESSÃO:** 12-09-90 **PUBLICAÇÃO:** 27-09-90

**PROCESSO:** TC-003280/026/91

**INTERESSADO:** Presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio de Posse.

**ASSUNTO:** Legalidade de servidor público municipal, aposentado no Legislativo, acumular cargo em comissão no Executivo, onde a soma das remunerações não ultrapasse a remuneração do Prefeito.

**CONCLUSÃO:** *“Não há impedimento legal para reaproveitamento no serviço público de aposentado válido, cabendo tão somente se submeter à limitação do*

*inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal, a remuneração deriva do novo cargo público, de vez que os valores percebidos em decorrência de aposentadoria são de natureza diversa dos provenientes de desempenho na ativa (TC-108577/026/89)."*

**SESSÃO:** 10-07-91 **PUBLICAÇÃO:** 02-08-91

**PROCESSO:** TC-023408/026/92

**INTERESSADO:** AGESBEC – Armazéns Gerais e Entrepósitos de SBC.

**ASSUNTO:** Possibilidade de Vereador eleito exercer função ou emprego “ad nutum” regido pela CLT, em empresa de economia mista municipal de outro município.

**CONCLUSÃO:** *“Não é possível, por contrariar normas insertas no inciso IX do artigo 29 c.c. artigo 54 da CF”*

**SESSÃO:** 26-05-93 **PUBLICAÇÃO:** 10-06-93

**PROCESSO:** TC 17805/026/12

**INTERESSADO:** Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo -SBCPREV.

**ASSUNTO:** - Consulta sobre a concessão de aposentadoria com contagem de tempo especial do magistério.

**CONCLUSÃO:** *“Somente os professores de carreira na educação infantil e no ensino fundamental e médio e, não todos os profissionais da educação, fazem jus à aposentação especial prevista no artigo 40, § 5º da Constituição Federal, entendendo-se, para esse fim, que as funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico integram a carreira do magistério.”*

**SESSÃO:** 05/08/2015 **PUBLICAÇÃO:** 28-08-15

## **1.6 Lei de Responsabilidade Fiscal**

**PROCESSO:** TC-021734/026/00

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Santa Adélia.

**ASSUNTO:** Limite para despesas de pessoal do Poder Legislativo.

**CONCLUSÃO:** *“O valor da despesa de pessoal do Legislativo, se calculado de acordo com o critério previsto na LRF, não pode ultrapassar o valor resultante do cálculo prescrito pela CF*

*no caso do valor obtido segundo o critério estabelecido na LRF vir a ser superior ao limite fixado pela CF, adotar-se-á este último.”*

**SESSÃO:** 23-05-01 **PUBLICAÇÃO:** 02-08-01

**PROCESSO:** TC-001075/008/01

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Pindorama.

**ASSUNTO:** Publicação e/ou divulgação dos relatórios e demonstrativos da execução orçamentária da LRF.

**CONCLUSÃO:** *“A afixação, na sede da Prefeitura, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e seus demonstrativos não supre a obrigação de sua publicação na imprensa, sendo facultado somente aos municípios com população inferior a 50.000 habitantes, a afixação dos demonstrativos correspondentes apenas, nos termos do artigo 63, II, “c” da Lei de Responsabilidade Fiscal.”*

**SESSÃO:** 12-03-03 **PUBLICAÇÃO:** 21-03-03

**PROCESSO:** TC 57/020/14

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Guarujá.

**ASSUNTO:** Consulta sobre aplicabilidade do artigo 29-A da Constituição Federal, no que se refere ao índice populacional a ser utilizado em face do limite fixado aos repasses de duodécimos às Câmaras Municipais, se do último censo demográfico realizado pelo IBGE ou das estimativas anuais divulgadas pelo referido Instituto até 31 de agosto de cada ano.

**CONCLUSÃO:** *“Para o fim de dar cumprimento ao Artigo 29-A da Constituição Federal a fixação do limite de repasses às Câmaras Municipais deve observar a estimativa anual populacional oficialmente divulgada pelo IBGE no exercício anterior ao de elaboração das propostas orçamentárias.”*

**SESSÃO:** 11-05-16 **PUBLICAÇÃO:** 31-05-16

**PROCESSO:** TC 282/017/16

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Orlândia

**ASSUNTO:** Consulta envolvendo incidência de ganhos com aplicação financeira dos recursos do RPPS no cálculo da receita corrente líquida (RCL) do município.

**CONCLUSÃO:**

**PERGUNTA 1:** “Os rendimentos das aplicações financeiras dos regimes próprios de previdência social que reflitam o valor de mercado devem ser contabilizados como variações patrimoniais ativas?”

**RESPOSTA 1 :** *“O instituto de regime próprio de previdência fará o registro contábil dos ganhos e perdas havidos com investimentos no mercado, inicialmente e enquanto não houver o resgate, apenas no plano patrimonial, como variação patrimonial, ativas e passivas; e, só quando houver o efetivo resgate da aplicação é que o registro será feito no plano orçamentário.”*

**PERGUNTA 2:** Estas variações devem ser consideradas como receita orçamentária tendo em vista que o fato gerador da valorização ou desvalorização do fundo de investimento é registrado mensalmente e identificado no extrato do referido fundo de investimento?

**RESPOSTA 2:** *Prejudicada, por constar na resposta à pergunta 1.*

**SESSÃO:** 19/09/18 **PUBLICAÇÃO:** 24/01/19

**PROCESSO:** TC 21431/989/18

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

**ASSUNTO:** Consulta sobre a possibilidade de considerar como despesa com pessoal os aportes efetuados pelo Município para cobertura do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, na hipótese de insuficiência financeira.

**PERGUNTA:**

Os aportes efetuados por Município para cobertura da insuficiência financeira do grupo de segurados pertencentes ao Plano Financeiro do RPPS, decorrentes de segregação da massa, são considerados despesa com pessoal, para fins de apuração dos limites legais de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 18 a 23 da LC 101/00)?

**RESPOSTA:**

*“Os aportes a título de interferência financeira” (sem execução orçamentária) realizados pelo ente federativo para cobertura de insuficiência financeira em seu RPPS, independentemente de haver, ou não, a segregação da massa de segurados, não são considerados despesa com pessoal para fins de verificação do atendimento dos limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 18 e 19 da LC 101/00). Todavia, as despesas custeadas por tais recursos é que compõem a Despesa Total (ou Bruta) com Pessoal para esses mesmos fins, não podendo ser deduzidas para o cálculo da Despesa Líquida com Pessoal.”*

**PROCESSO:** 071/015/17

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Itapura

**ASSUNTO:** Consulta acerca da incidência dos gastos com aplicação financeira registrados pelos regimes próprios de previdência social - RPPS no cálculo da receita corrente líquida (RCL) do município.

**CONCLUSÃO:** *“Este Tribunal não considera tais rendimentos na composição da base da RCL e o faz corretamente apoiado na legislação e orientação técnica que sobre a matéria está disciplinada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Preocupação dos consulentes, não é assunto que possa ser resolvido com a mudança na forma de contabilização como querem, uma vez que tal está correta e atende à legislação sobre a matéria. Eventual diminuição da arrecadação deve ser combatida por outras ações governamentais e não pela indevida apropriação de rendimentos dos regimes próprios de previdência, muito menos de expectativa de receitas, já que estas só se confirmam no momento do resgate do investimento e são exclusivas do fundo de previdência, dono do valor investido. Atendimento às Leis 9.717/98 e 4.320/64; e Leis Complementares n°s 101/2000, 82/95 e 96/99.”*

## 1.7 Remuneração

**PROCESSO:** TC-142982/026/89

**INTERESSADO:** Presidente da Câmara Municipal de Monções.

**ASSUNTO:** Fixação de subsídios.

**CONCLUSÃO:** *“A fixação pela atual Legislatura, pela Resolução nº 4/89, de sua própria remuneração não é apenas ilegal, mas inconstitucional, por contrariar o princípio básico da anterioridade (artigo. 29, V, da Constituição Federal); o procedimento a ser adotado pela Presidência da Câmara é não dar cumprimento - interromper a aplicação - à Resolução.”*

**SESSÃO:** 19-09-90 **PUBLICAÇÃO:** 04-04-91

**PROCESSO:** TC-107131/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Pedro de Toledo.

**ASSUNTO:** Abrangência do termo “Remuneração”.

**CONCLUSÃO:** *“A atual CF, ao referir-se à contraprestação pecuniária devida ao Prefeito Municipal, intitula-a ‘remuneração’ (arts. 29, V e 37, XI) que, por definição, abrange a totalidade do que percebe o alcaide, donde não mais possível separá-la em subsídio e verba de representação, como outrora se fazia.”*

**SESSÃO:** 31-01-90 **PUBLICAÇÃO:** 08-03-90

**PROCESSO:** TC-110562/026/89

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Teodoro Sampaio.

**ASSUNTO:** Remuneração da Constituinte Municipal.

**CONCLUSÃO:** *“Por não se tratar de sessões do Poder Constituinte Municipal, não há que falar em remuneração especial para as sessões da Câmara Municipal em que se realizarem trabalhos legislativos de elaboração da Lei Orgânica do Município previstos na CF.”*

**SESSÃO:** 14-02-90 **PUBLICAÇÃO:** 21-04-90

**PROCESSO:** TC-101466/89

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Mogi Guaçu.

**ASSUNTO:** Alteração nos vencimentos.

**CONCLUSÃO:** *“Toda e qualquer alteração nos vencimentos dos agentes políticos há de ser feita na legislatura anterior para vigorar na subsequente, por determinação expressa do inciso V do artigo 29 da CF, não podendo, assim, ser mudado o critério anteriormente estabelecido.”*

**SESSÃO:** 10-01-90 **PUBLICAÇÃO:** 09-02-90

**PROCESSO:** TC-096699/026/89

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Ribeira.

**ASSUNTO:** Reajustamento dos subsídios dos Vereadores.

**CONCLUSÃO:** *“O critério de fixação dos subsídios de Vereadores, escolhido na legislatura anterior, deve permanecer inalterado durante toda a legislatura em curso, de conformidade com os dispositivos constitucionais, sendo de rigor que se adotem, respeitada a autonomia municipal quanto à forma, as providências adequadas à correção dos textos legais do município consulente que contrariem tais dispositivos.”*

**SESSÃO:** 24-01-90 **PUBLICAÇÃO:** 24-02-90

**PROCESSO:** TC-087443/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Posse.

**ASSUNTO:** Base de cálculo da remuneração dos Vereadores.

**CONCLUSÃO:** *“As transferências da União e do Estado não integram a base de cálculo para remuneração dos Vereadores (TC-2619/97), enquanto que a contribuição pode integrá-la, por constituir receita tributária do Município.*

*A remuneração fixada pelo Prefeito é o teto para a fixação da remuneração dos servidores públicos municipais bem como a dos Vereadores, tendo como suporte legal os artigos 37, inciso XI e 29, inciso V, da Constituição Federal.*

*Pelo princípio da recepção e até que a lei referida no artigo 37, XI da CF seja elaborada, passando a integrar o direito positivo, continuam em vigor as leis complementares que normatizam os assuntos em questão, no que não conflitam com a CF vigente.*

*Ultrapassado o teto, reduz-se o que dele extrapolar, aplicando-se o disposto no artigo 17 do ADCT).”*

**SESSÃO:** 24-01-90 **PUBLICAÇÃO:** 24-02-90

**PROCESSO:** TC-079629/026/89

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Ibiúna.

**ASSUNTO:** Possibilidade de alteração da remuneração dos Vereadores.

**CONCLUSÃO:** *“A norma constitucional estabelece apenas que a Edilidade, ao findar o período legislativo, fixará, para a nova legislatura, os vencimentos a vigorarem para a Câmara Municipal, para o Prefeito e Vice-Prefeito, não fazendo qualquer menção ao período pós ou pré-eleitoral.”*

**SESSÃO:** 22-08-90 **PUBLICAÇÃO:** 18-09-90

**PROCESSO:** TC-061516/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo.

**ASSUNTO:** Liberação de verba para pagamento de diferença de vencimentos dos Vereadores, baseada no excesso de arrecadação.

**CONCLUSÃO:** *“É ilícita a solicitação do Legislativo Municipal (art. 29, VI, CF).”*

**SESSÃO:** 31-01-90 **PUBLICAÇÃO:** 15-02-90

**PROCESSO:** TC-039269/026/89

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Lins.

**ASSUNTO:** Providências acerca de vencimentos dos servidores municipais que ultrapassaram a remuneração do Prefeito, em decorrência de sentença transitada em julgado.

**CONCLUSÃO:** *“Por tratar-se de cumprimento ou não de sentença judicial transitada em julgado, a matéria é afeta ao Poder Judiciário, do qual poderá socorrer-se.”*

**SESSÃO:** 21-02-90 **PUBLICAÇÃO:** 08-03-90

**PROCESSO:** TC-059380/026/90

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Porto Feliz.

**ASSUNTO:** Remuneração dos Vereadores.

**CONCLUSÃO:** *“Neste quadriênio deve prevalecer o que foi estabelecido anteriormente à promulgação da Lei Orgânica daquele Município, só devendo ter eficácia os dispositivos deste diploma na próxima legislatura.”*

**SESSÃO:** 23-01-91 **PUBLICAÇÃO:** 09-02-91

**PROCESSO:** TC-056466/026/90

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões.

**ASSUNTO:** Fixação da remuneração do Prefeito.

**CONCLUSÃO:** *“A inalterabilidade do que foi decidido judicialmente vigorará na legislatura em curso, não podendo, portanto, subsumir-se à Lei Orgânica dos Municípios, posteriormente promulgada.”*

**SESSÃO:** 05-12-90 **PUBLICAÇÃO:** 11-01-91

**PROCESSO:** TC-050829/026/90

**INTERESSADO:** Companhia de Habitação da Baixada Santista.

**ASSUNTO:** Remuneração dos membros do Conselho de Administração.

**CONCLUSÃO:** *“O consulente pode remunerar os membros dos conselhos de administração e fiscal da empresa, não implicando em acumulação remunerada, vedada pelo artigo 37, XVII, da CF”*

**SESSÃO:** 24-10-90 **PUBLICAÇÃO:** 13-12-90

**PROCESSO:** TC-047680/026/90

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Vinhedo.

**ASSUNTO:** Remuneração dos Vereadores.

**CONCLUSÃO:** *“A CF veda qualquer alteração, com referência a remuneração na mesma Legislatura, devendo prevalecer os critérios anteriormente fixados (art. 29, VI, CF).”*

*A adoção de novos critérios remuneratórios implica em nova fixação de valores, evento vedado pelo princípio da anterioridade.”*

**SESSÃO:** 01-08-90 **PUBLICAÇÃO:** 30-08-90

**PROCESSO:** TC-033963/026/90

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Angatuba.

**ASSUNTO:** Pagamento de diferenças a servidores.

**CONCLUSÃO:** *“Pode a municipalidade pagar as diferenças referentes a ‘gatilhos’ e URP aos funcionários que a elas teriam direito, devendo concretizar-se por meio de lei, observado o prazo prescricional estabelecido pelo artigo 7º da Constituição Federal.”*

**SESSÃO:** 19-09-90 **PUBLICAÇÃO:** 11-10-90

**PROCESSO:** TC-006574/026/90

**INTERESSADO:** SANASA – Campinas.

**ASSUNTO:** Recebimento de remuneração sob a forma de jeton.

**CONCLUSÃO:** *“É possível remunerar-se mediante jeton os membros de conselhos de administração e fiscal de empresa municipal que sejam ocupantes de cargos da administração pública municipal.”*

**SESSÃO:** 24-10-90 **PUBLICAÇÃO:** 13-12-90

**PROCESSO:** TC-022038/026/93

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Fernandópolis.

**ASSUNTO:** Pagamento de remuneração a suplente de Vereador, quando no exercício da vereança, em virtude do afastamento do titular para tratamento de saúde.

**CONCLUSÃO:** *“Quando as leis orgânicas assim previrem, pode o suplente de Vereador receber a remuneração pelo exercício do mandato, uma vez que, ao assumir a convocação e ficar no lugar do titular, goza das imunidades e privilégios do substituído, hipótese esta que, no caso concreto, encontra amparo legal na Lei Orgânica do Município.”*

**SESSÃO:** 24-05-95 **PUBLICAÇÃO:** 20-06-95

**PROCESSO:** TC-004153/026/93

**INTERESSADO:** Presidente da Câmara Municipal de Vargem.

**ASSUNTO:** Remuneração dos agentes políticos.

**CONCLUSÃO:** *“A remuneração dos agentes políticos da localidade deverá ser apurada com base na fixação adotada pelo Município da origem a seus membros, respeitando-se os limites estabelecidos pela CF em seus artigos 37, XI e 29, VII, e artigo 8º da LC 709/93.*

*O município produto de território desmembrado de diferentes municípios pode optar pela remuneração de um dos diferentes municípios ‘mãe’, sempre respeitando os limites máximos dos incisos VI e VII do artigo 29 da CF”*

**SESSÃO:** 12-01-94 **PUBLICAÇÃO:** 18-03-94

**PROCESSO:** TC-000058/006/93

**INTERESSADO:** Presidente da Câmara Municipal de Guatapará.

**ASSUNTO:** Possibilidade de fixação da remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores na própria legislatura, tendo em vista que o município foi recém criado.

**CONCLUSÃO:** *“A remuneração dos agentes políticos de município recém-criado deverá ser apurada com base na fixação adotada pelo Município de origem, respeitando-se os limites estabelecidos pela Constituição Federal, em seu artigo 37, XI.”*

**OBSERVAÇÃO:** Os limites para subsídios de agentes políticos deverão obedecer o disposto nos artigos 29, incisos V, VI e VII, e 37, incisos X e XI, ambos da CF.

**SESSÃO:** 14-09-94 **PUBLICAÇÃO:** 16-02-95

**PROCESSO:** TC-005940/026/94

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Pirajuí.

**ASSUNTO:** Fixação de numerário de agentes políticos.

**CONCLUSÃO:** *“A fixação da remuneração de agente político pela legislatura anterior não deve ser feita em substituição à que validamente existir, após a realização das eleições, porquanto atenta contra os princípios da moralidade e da impessoalidade.”*

**SESSÃO:** 30-10-96 **PUBLICAÇÃO:** 22-11-96

**PROCESSO:** TC-000289/007/94

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de São José do Barreiro.

**ASSUNTO:** Acumulação de cargos e limites de remuneração.

**CONCLUSÃO:** *“O limite constitucional de remuneração prevalece em relação a cada cargo de médico, desde que, no exercício dos cargos, esteja o servidor amparado pela regra de acumulação prevista no artigo 37, XVI, “c,” da CF, notadamente no que concerne à compatibilidade de horários.”*

**SESSÃO:** 08-10-97 **PUBLICAÇÃO:** 19-11-97

**PROCESSO:** TC-016913/026/97

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Nuporanga.

**ASSUNTO:** Aplicabilidade da Lei Complementar nº 82/95.

**CONCLUSÃO:** *“Pagamentos destinados aos agentes políticos, a título de remuneração, estão inseridos no percentual que limita gastos com pessoal, disciplinado no artigo 169 da CF e legislação complementar.”*

**SESSÃO:** 03-06-98 **PUBLICAÇÃO:** 24-06-98

**PROCESSO:** TC-018801/026/01

**INTERESSADO:** Presidente da Câmara Municipal de Vinhedo.

**ASSUNTO:** Fixação do subsídio de Vereadores para a legislatura 2001/2004.

**CONCLUSÃO:** *“A lei votada em 2000 já deveria estar de acordo com os limites da EC 25/00.”*

*Os limites da EC 25/00 precisavam ser considerados em 2000, em face da matéria disciplinada integrar a CF e possuir natureza instrumental.*

*A adaptação deve ser efetuada por meio de ato da Mesa da Câmara, baixado para restringir os pagamentos dos subsídios.*

*O subsídio do Presidente da Câmara pode ser diferenciado, desde que respeitados os limites da EC 25/00.*

*Se detectada pela Auditoria eventuais irregularidades nos pagamentos, o Conselheiro Relator de Contas Anuais terá condições de formar juízo próprio e levar à Câmara Julgadora sua proposta.”*

**SESSÃO:** 28-05-03 **PUBLICAÇÃO:** 04-06-03

**PROCESSO:** TC 396/020/16

**INTERESSADA:** Câmara Municipal de Bertiooga.

**ASSUNTO:** Consulta acerca da base a ser utilizada para fixação dos subsídios dos vereadores, levando-se em conta o último censo oficial ou a estimativa anual divulgada pelo IBGE.

**CONCLUSÃO:** *“Na fixação do subsídio dos vereadores para a legislatura subsequente, a ocorrer no último ano da legislatura, a referência populacional a ser adotada, para os fins do disposto no inciso VI do artigo 29 da Constituição Federal, é a do exercício anterior ao do término da legislatura, estimada e publicada anualmente por entidade competente do poder executivo federal, consoante disposto no artigo 102, II, da lei nº 8.443/92.”*

## 1.8 Diversos

**PROCESSO:** TC-027617/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Limeira.

**ASSUNTO:** Legalidade da caução de quotas-partes do ICM dadas em garantia a dívidas contraídas pela Prefeitura.

**CONCLUSÃO:** *“É vedada a vinculação de quotas-partes de ICM a órgão, fundo ou despesa, conforme disposto na CF.”*

**SESSÃO:** 12-06-89 **PUBLICAÇÃO:** 27-07-89

**PROCESSO:** TC-043857/026/89

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista.

**ASSUNTO:** Possibilidade de utilização dos veículos particulares dos Vereadores no serviço, com fornecimento de cota mensal limitada de combustível.

**CONCLUSÃO:** *“As despesas só poderão ser pagas pelos cofres públicos quando houver designação para representar o Legislativo Municipal, a serviço do Município, na forma prevista em lei.”*

**SESSÃO:** 11-10-89 **PUBLICAÇÃO:** 09-11-89

**PROCESSO:** TC-045919/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista.

**ASSUNTO:** Possibilidade de prestação de serviços à comunidade local com cobrança de taxa.

**CONCLUSÃO:** *“Possível, desde que precedida de autorização legislativa.”*

**SESSÃO:** 06-06-90 **PUBLICAÇÃO:** 19-07-90

**PROCESSO:** TC-081514/89

**INTERESSADO:** IAMSPE.

**ASSUNTO:** Possibilidade de gravação dos materiais de pequeno porte em lotes.

**CONCLUSÃO:** *“É possível, desde que a implementação do sistema observe as demais cautelas da espécie, especialmente a perfeita escrituração de cada um dos bens.”*

**SESSÃO:** 30-05-90 **PUBLICAÇÃO:** 15-08-90

**PROCESSO:** TC-115523/89

**INTERESSADO:** Secretário de Economia e Planejamento.

**ASSUNTO:** Alcance de dispositivos da Lei nº 6247/88.

**CONCLUSÃO:** *“Os preços referidos no artigo 6º da Lei nº 6247/88 não são os mesmos referidos nos artigos 4º e 5º para fins de suplementação, ou seja, os preços ali referidos são os vigentes no mercado à época da abertura dos referidos créditos, descontados do cálculo os índices autorizados no artigo 4º.”*

**SESSÃO:** 18-10-89 **PUBLICAÇÃO:** 19-04-89

**PROCESSO:** TC-128682/026/89

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Lins.

**ASSUNTO:** Aplicabilidade de dispositivos constitucionais federais.

**CONCLUSÃO:** *“Os Municípios devem respeitar o prescrito no artigo 165 da CF e artigo 35 de suas disposições transitórias.”*

**SESSÃO:** 31-01-90 **PUBLICAÇÃO:** 15-02-90

**PROCESSO:** TC-058677/026/90

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Jundiá.

**ASSUNTO:** Possibilidade de o município incorporar receita do imposto de renda.

**CONCLUSÃO:** *“Não é possível o município incorporar receita do imposto de renda ou entregá-lo à Prefeitura, consoante está explícito no inciso I, do artigo 158, e inciso IV, do artigo 167, da CF.”*

**SESSÃO:** 02-10-91 **PUBLICAÇÃO:** 12-11-91

**PROCESSO:** TC-047462/026/90

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Mendonça.

**ASSUNTO:** Possibilidade de concessão de auxílio para mesma obra por dois órgãos estaduais.

**CONCLUSÃO:** *“Não há impedimento legal ao recebimento de ajuda para complementação de obra, exceto se o auxílio anteriormente concedido, objeto de convênio, teve como fulcro a construção da obra do início ao fim, abrangendo o montante do custo do projeto.”*

**SESSÃO:** 29-08-90 **PUBLICAÇÃO:** 11-10-90

**PROCESSO:** TC-029893/026/90

**INTERESSADO:** IPESP.

**ASSUNTO:** Possibilidade de concessão de auxílio-creche a funcionárias e servidoras.

**CONCLUSÃO:** *“Pode o IPESP conceder auxílio creche mensal aos seus servidores a fim de atender às determinações do Decreto Estadual 22.865/84.”*

**SESSÃO:** 24-10-90 **PUBLICAÇÃO:** 19-12-90

**PROCESSO:** TC-011001/026/90

**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de Poloni.

**ASSUNTO:** Classificação econômica do produto do repasse do Estado ao Município para construção e reforma de prédios escolares da rede física do Estado.

**CONCLUSÃO:** *“Contabilize extraorçamentariamente os recursos advindos da Secretaria da Educação para utilização de próprios do Estado.”*

**SESSÃO:** 30-05-90 **PUBLICAÇÃO:** 08-06-90

**PROCESSO:** TC-012742/026/91

**INTERESSADO:** Presidente da Câmara Municipal de Presidente Venceslau.

**ASSUNTO:** Necessidade de assinatura do contador nos balancetes e prestação de contas anuais.

**CONCLUSÃO:** *“Tendo a Câmara serviço de contabilidade, não pode este ser executado sem a presença de profissional devidamente habilitado, ou seja, contador inscrito junto ao CRC.*

*Sendo esses serviços efetuados por Contador, ocupante de cargo junto ao Executivo, deve-se atentar para a vedação constitucional da hipótese de acumulação de cargos.”*

**SESSÃO:** 02-10-91 **PUBLICAÇÃO:** 08-11-91

**PROCESSO:** TC-006287/026/91

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Pradópolis.

**ASSUNTO:** Indicação de indexador econômico.

**CONCLUSÃO:** *“O IPC não foi extinto, encontrando-se, no período do congelamento, suspenso seu cálculo e divulgação, sendo que a este Tribunal não compete indicar qualquer indexador econômico, já que a matéria é de exclusivo controle da União.”*

**SESSÃO:** 17-04-91 **PUBLICAÇÃO:** 26-04-91

**PROCESSO:** TC-006201/026/93

**INTERESSADO:** Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A.

**ASSUNTO:** Possibilidade de realização de acordos sobre seus créditos.

**CONCLUSÃO:** *“Pode a empresa estabelecer sua política de crédito, rendimentos e captações, observados o estatuto da empresa e as normas legais, devendo a empresa detalhar tais operações em seus balanços e demonstrações contábeis analisados e encaminhados aos órgãos de controle interno e a esta Corte.”*

**SESSÃO:** 13-10-93 **PUBLICAÇÃO:** 26-10-93

**PROCESSO:** TC-031802/026/96

**INTERESSADO:** Presidente da Câmara Municipal de Taboão da Serra.

**ASSUNTO:** Procedimento a ser adotado quanto aos bens patrimoniais de Câmara que passou a ter contabilidade própria.

**CONCLUSÃO:** *“Os bens patrimoniais pertencem a quem os adquiriu, de sorte que os adquiridos pela Câmara deverão constituir patrimônio próprio e assim deverão ser escriturados, ao passo que os bens postos à disposição da Câmara pela Prefeitura, enquanto não transferidos, cedidos ou alienados ao Legislativo, continuarão pertencentes ao patrimônio do Executivo e assim deverão ser escriturados, embora seja da Câmara a responsabilidade pelo controle de sua manutenção e utilização.”*

**SESSÃO:** 11-02-98 **PUBLICAÇÃO:** 01-05-98

**PROCESSO:** TC-001996/001/99

**INTERESSADO:** Prefeita Municipal de Glicério.

**ASSUNTO:** Legalidade da apresentação de cupom fiscal em substituição à nota fiscal, como comprovante para a prestação de contas de viagens efetuadas pelos agentes da administração pública.

**CONCLUSÃO:** *“As prestações de contas de adiantamentos devem ser instruídas com notas fiscais inteiramente preenchidas, inclusive com identificação do adquirente dos bens ou serviços e com identificação dos mesmos, em termos que permita concluir pela adequada utilização do regime.”*

*Em caso de recusa ou inexistência, excepcionalmente, o Tribunal aceitará o cupom fiscal, ficando o responsável obrigado a justificar a ocorrência quando da prestação de contas, juntando cópia da comunicação da irregularidade à Secretaria da Fazenda, para as providências legais que possam lhe competir.”*

**SESSÃO:** 17-10-01 **PUBLICAÇÃO:** 03-04-02

**PROCESSO:** TC-035854/026/99

**INTERESSADO:** Presidente da Câmara Municipal de Boituva.

**ASSUNTO:** Legalidade referente ao controle patrimonial, econômico, financeiro e orçamentário do Legislativo local.

**CONCLUSÃO:** *“A destinação de eventual disponibilidade de caixa, ao fim do exercício financeiro, é matéria sujeita ao ordenamento jurídico municipal.”*

**SESSÃO:** 18-04-01 **PUBLICAÇÃO:** 27-07-01

**PROCESSO:** TC-016827/026/05

**INTERESSADO:** Presidente da Câmara Municipal de Motuca.

**ASSUNTO:** Recolhimento do FGTS aos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão e inclusão do vale-alimentação nas despesas com pessoal.

**CONCLUSÃO:** *“Respondeu negativamente ao primeiro quesito, não sendo devido o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS quando se tratar de servidor público ocupante de cargo em comissão, sujeito ao regime estatutário. E, quanto à segunda indagação, na senda de reiteradas decisões deste Tribunal, deliberou respondê-la que não se pode computar vale-alimentação como gasto de pessoal, nos termos constantes do referido voto.”*

**SESSÃO:** 27-9-2006 **PUBLICAÇÃO:** 21-10-06

**PROCESSO:** TC-019415/026/04

**INTERESSADO:** Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE.

**ASSUNTO:** Possibilidade de o IAMSPE receber auxílio e subvenção da Secretaria de Estado da Saúde, como forma de composição de sua receita orçamentária e se este recebimento pode ser considerado para efeito de aplicação de investimentos públicos na área de saúde, nos termos da Legislação vigente.

**CONCLUSÃO:** *“1) O IAMSPE pode receber auxílio ou subvenção do Governo do Estado de São Paulo, desde que atendidos os pressupostos da L.C.101/00;*

*2) Os recursos recebidos poderão ser considerados para efeito do cálculo da aplicação do Governo do Estado de São Paulo na área da saúde, desde que empregados em ações e serviços de acesso universal e igualitário, na forma do artigo 196, da Carta Magna. A presente consulta já havia sido conhecida pelo C. Plenário da Casa, em sessão de 08.12.04.”*

**SESSÃO:** 24-10-07 **PUBLICAÇÃO:** 14-11-07

**PROCESSO:** TC 8458/026/06

**INTERESSADO:** Presidente da APEPREM – Associação Paulista de Entidades de Previdência Municipal

**ASSUNTO:** Quais Instituições Financeiras estariam aptas a receber os investimentos e demais movimentações dos institutos associados àquela entidade.

**CONCLUSÃO:** *“Os valores recolhidos a regime próprio de previdência, decorrentes de contribuições patronais e de servidores, não se amoldam ao conceito de disponibilidade de caixa, eis que não se traduzem em valores pecuniários de propriedade do ente público, mas sim, dos próprios servidores, podendo, portanto, ser creditados em instituição não oficial, observando-se, para tanto, os critérios de seleção, previstos no regulamento próprio da Resolução Conselho Monetário Nacional nº 3.244/04.”*

**SESSÃO:** 16-04-2007 **PUBLICAÇÃO:** 18-04-2007

**PROCESSO:** TC 15715/026/06

**INTERESSADO:** Prefeita do Município de Francisco Morato.

**ASSUNTO:** Disponibilidade Financeira dos Fundos Municipais de Previdência.

**CONCLUSÃO:**

1) *“São considerados recursos públicos os valores creditados em conta corrente do RPPS referentes as contribuições patronais e de servidores?”*

**Resposta:** *Embora possam ser considerados recursos públicos, sobretudo em razão da personalidade jurídica de direito público dos institutos próprios de previdência, os valores que são recolhidos a essas entidades não se inserem nas chamadas “disponibilidade de caixa”, para efeito de incidência do parágrafo 3º do artigo 164 da Constituição Federal.*

2) *O banco público que foi privatizado, no caso o BANESPA, é considerado desde já banco privado ou só será assim denominado após o decurso de dez anos?*

**Resposta:** *Sim, conforme explicado, a suspensão da eficácia do parágrafo 1º do artigo 4º da Medida Provisória nº 2.192 pelo Supremo Tribunal Federal retirou a condição de instituição financeira oficial aos bancos públicos privatizados.*

3) *Os recursos do RPPS poderão ser aplicados em fundos lastreados 100% (cem por cento) em títulos públicos federais gerenciados por instituições financeiras privadas, considerando que, via de regra, a rentabilidade desses fundos são superiores aos geridos pelos chamados bancos oficiais?*

**Resposta:** *Conforme disposto no inciso I do artigo 3º da Resolução CMN nº 3.244/04, no que diz respeito ao segmento de renda fixa, poderá ser aplicado 100% dos recursos dos regimes próprios de previdência social em títulos de emissão do Tesouro Nacional do Banco Central do Brasil, podendo ser feito tal investimento em instituição financeira não oficial, desde que devidamente selecionada, com vistas a obtenção das melhores taxas e nos termos da legislação aplicável (LRF - parágrafos 1º e 2º, art. 43; lei n. 9.717/98 - inc. IV, art. 6º e Resolução do CMN nº 3.244/04), devendo, a instituição, promover credenciamento, por processo de seleção, observando os seguintes critérios mínimos: solidez patrimonial, volume de recursos administrados e a experiência no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros.*

4) *A liminar do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, em 14.09.05, dando provimento a ADIN 3.578/05, que suspende os efeitos do art. 4º da MP 2.192/01, aplica-se aos recursos do RPPS?*

**Resposta:** *Não, considerando que os aludidos recursos não se inserem na definição de “disponibilidade de caixa” prevista no parágrafo 3º do artigo 164 da Constituição Federal, a referida liminar não tem qualquer efeito sobre eles.*

5) *Em tendo os efeitos da liminar acima citada em caráter transitório, estão os gestores do RPPS sujeitos as sanções por parte deste Tribunal ou outra instância fiscalizadora, em caso de não aderência aos termos da mesma?*

**Resposta:** *Não, verificando-se a não submissão dos mencionados recursos ao regramento do parágrafo 3º do artigo 164 do diploma maior, não há como sancionar inobservância a esse regramento, ressalvando-se, contudo, eventuais condutas que venham descumprir o ordenamento aplicável a matéria, consolidado na lei nº 9.717/98, Resolução CMN nº 3.244/04 ou outras normas aplicáveis ao assunto.”*

**OBSERVAÇÃO:** Resolução CMN nº 3.244/04 revogada pela Resolução CMN nº3922/10.

**SESSÃO:** 04-04-2007 **PUBLICAÇÃO:** 10-04-2007

**PROCESSO:** TC-009438/026/07

**INTERESSADO:** Secretário de Desenvolvimento do Estado de São Paulo.

**ASSUNTO:** Possibilidade de pagamento de contas telefônicas particulares, incluindo telefone celular e residencial, por meio de verba de representação.

**CONCLUSÃO:** *“Não é cabível o pagamento de despesas pela utilização de linha telefônica particular, móvel ou fixa, em nome de qualquer autoridade.”*

**SESSÃO:** 12-09-07 **PUBLICAÇÃO:** 02-10-07

**PROCESSO:** TC-000978/002/07.

**INTERESSADO:** Prefeito do Município de Bauru.

**ASSUNTO:** Procedimentos adequados nas transferências financeiras às entidades da Administração Indireta.

**CONCLUSÃO:** *“Todo auxílio financeiro concedido a autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista há de ser precedido de autorização legislativa específica, atender às condições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e estar previsto no orçamento.”*

**SESSÃO:** 01-04-09 **PUBLICAÇÃO:** 12-05-09

**PROCESSO:** TC-007667/026/08.

**INTERESSADO:** Prefeito do Município de Martinópolis e outros.

**ASSUNTO:** Limite para interposição de ação de execução, conforme estudo elaborado pela Assessoria de Planejamento e Gestão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Ofício G-276/DIMA – Processo G-40.135/07.

**CONCLUSÃO:** *“Mediante lei que o autorize, poderá deixar de ajuizar ações ou execuções fiscais de débitos tributários e não tributários abaixo de determinado valor inscrito, cujo custo de cobrança se revele superior à importância do crédito em perspectiva, sem prejuízo do respectivo cancelamento quando sobrevier a prescrição. Esse valor deverá ser fixado responsabilmente, depois de cuidadosa análise das peculiaridades do Município, não se distanciando de valores apurados por abalizado estudo realizado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.”*

**SESSÃO:** 26-11-08 **PUBLICAÇÃO:** 18-12-08

**PROCESSO:** TC -001193/002/09

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Bauru e Secretário dos Negócios Jurídicos.

**ASSUNTO:** Consulta sobre convênio de cooperação técnica entre órgãos públicos.

**CONCLUSÃO:** *“Convênios de cooperação que não impliquem em repasses de recursos financeiros admitem vigência por prazo indeterminado, observada a legislação correspondente.”*

**SESSÃO:** 16-02-11 **PUBLICAÇÃO:** 26-04-11

**PROCESSO:** TC 41852/026/10

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Itápolis.

**ASSUNTO:** Consulta a respeito da possibilidade de protesto das certidões da dívida ativa – CDA.

**CONCLUSÃO:** *“É possível que os municípios enviem a protesto extrajudicial as Certidões da Dívida Ativa, documentos estes hábeis para tanto, nos termos da Lei Federal nº 9.492/97, auxiliando tal sistemática na otimização da cobrança dos créditos municipais e possibilitando a redução do montante inscrito e esse título, englobando-se nessa conclusão de quesitos individualizados encaminhados pelo consulente.”*

**SESSÃO:** 08-02-12 **PUBLICAÇÃO:**15-02-12

**PROCESSO:** TC 12/015/11

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Guaraçai.

**ASSUNTO:** Consulta a respeito da possibilidade de aquisição, pela Administração Pública Municipal, de bens de empresas que emitem somente cupom fiscal.

**CONCLUSÃO:**

**PERGUNTA:** *“...possibilidade de aquisição pela Administração Pública no âmbito municipal de bens de empresas que emitem somente cupom fiscal.”*

**RESPOSTA:** *“...conquanto não seja possível a existência de empresas que somente emitam cupom fiscal, tal documento será hábil para comprovar despesas no valor de até R\$ 10.000,00, limite este estabelecido pelo artigo 2º, inciso II, § 7º do Decreto Estadual Paulista nº 54.869/2009. Deverá o administrador atentar para que o cupom fiscal emitido contenha, com clareza, todos os elementos que, por lei, lhe são indispensáveis, nos termos da Lei Federal 9.532/1997 – art.61 § 1º, que assim dispõe:*

**§ 1º** *Para efeito de comprovação (...) os documentos emitidos pelo ECF devem conter, em relação à pessoa (...) jurídica compradora, no mínimo:*

*a sua identificação, mediante a indicação do número de inscrição no (...) Cadastro Geral de Contribuintes - CGC, ([atual CNPJ]) do Ministério da Fazenda;*

*a descrição dos bens ou serviços objeto da operação, ainda que resumida ou por códigos;*

*a data e o valor da operação.*

*Se um cupom não atender a tais requisitos legais, prejudicando, assim, a transparência da despesa, a administração deverá exigir nota fiscal com todos os dados da transação.*

*Além disto, cabe lembrar a exigência de que a Prefeitura atente para que haja, em cada caso, registro no procedimento interno, da cabal observância aos requisitos estabelecidos nas instruções para a aprovação da despesa.”* **SESSÃO:** 25-04-12

**PUBLICAÇÃO:** 28-04-12

**PROCESSO:** TC 1265/011/10

**INTERESSADO:** Prefeito Municipal de Macedônia.

**ASSUNTO:** Consulta sobre a prestação de contas com nota fiscal eletrônica e cupom fiscal.

**CONCLUSÃO:**

**PERGUNTA Nº 1:**

*“Nos casos mencionados (abastecimento em postos de combustíveis; refeições em cantinas e restaurantes; hotéis; pequenas oficinas; vendas de material; fornecimento de gêneros e pequenas despesas) é possível utilizar-se da nota fiscal padrão como sempre foi utilizado?”*

**RESPOSTA:**

*“A aceitação da nota fiscal padrão como documento hábil para comprovar despesas, só será possível nas situações (se houver) em que os fornecedores não estejam obrigados ao fornecimento da nota fiscal eletrônica (nf-e).”*

**PERGUNTA Nº 2:**

*“É possível, ainda em tais casos, despesas comprovadas através de cupom fiscal somente, ou deve ser acompanhado de nota fiscal?”*

**RESPOSTA:**

*“Havendo justificativa da impossibilidade de se obter a nota fiscal, o cupom fiscal será aceito como documento hábil para comprovar despesas no valor de até R\$ 10.000,00, limite este estabelecido pelo artigo 2º, inciso II, § 7º do Decreto Estadual Paulista nº 54.869/2009. Deverá o administrador atentar para que o cupom fiscal emitido contenha, com clareza, todos os elementos que lhe são indispensáveis, nos termos da Lei Federal 9.532/1997 – art.61 § 1º, que assim dispõe:*

*§ 1º Para efeito de comprovação (...) os documentos emitidos pelo ECF devem conter, em relação à pessoa (...) jurídica compradora, no mínimo:*

*a sua identificação, mediante a indicação do número de inscrição no (...) Cadastro Geral de Contribuintes - CGC, ([atual CNPJ]) do Ministério da Fazenda;*

*a descrição dos bens ou serviços objeto da operação, ainda que resumida ou por códigos;*

*a data e o valor da operação.*

*Se um cupom não atender a tais requisitos legais, prejudicando, assim, a transparência da despesa, a administração deverá exigir nota fiscal com todos os dados da transação.*

*Além disto, cabe lembrar a exigência de que a Prefeitura atente para que haja, em cada caso, registro no procedimento interno, da cabal observância aos requisitos estabelecidos nas instruções para a aprovação da despesa.”*

**SESSÃO:** 25-04-12 **PUBLICAÇÃO:** 28-04-12

**PROCESSO:** TC 017805/026/12

**INTERESSADO:** : Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo – SBCPREV.

**ASSUNTO:** Consulta sobre a concessão de aposentadoria com contagem de tempo especial do magistério.

**CONCLUSÃO:**

**PERGUNTA Nº 1:**

*“Qual a orientação quanto à possibilidade de aposentadoria com contagem de tempo especial do magistério para titulares dos cargos de Diretor de Escola, Assistente de Diretor de Escola, Orientador Pedagógico e Coordenador Pedagógico?”*

**Resposta:**

*Somente os professores de carreira na educação infantil e no ensino fundamental e médio, e não todos os profissionais da educação, fazem jus à aposentação especial prevista no artigo 40, § 5º, da Constituição Federal, entendendo-se, para esse fim, que as funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico integram a carreira do magistério.*

**SESSÃO:** 05-08-15 **PUBLICAÇÃO:** 28-08-15

**PROCESSO:** TC 18508/026/13

**INTERESSADO:** : Prefeito Municipal de Caraguatatuba.

**ASSUNTO:** Consulta a respeito de dispositivos da Lei Complementar nº 123 de 2006 que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

**CONCLUSÃO:**

**PERGUNTA 1:**

*“Os artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06 gozam de autoaplicabilidade?”*

**Resposta:**

*À luz da orientação doutrinária e jurisprudencial, os benefícios contidos nos artigos 42 a 45 são autoaplicáveis, independentemente de sua regulamentação ou previsão no edital. Não obstante, é recomendável que a matéria seja disciplinada no instrumento convocatório para orientar a operacionalização da concessão dos benefícios e padronizar os procedimentos, evitando-se, desse modo, questionamentos por parte dos licitantes.*

**PERGUNTA 2:**

*“Nos termos do artigo 47 da LC nº 123/06, o Município legislando, de modo a regulamentar e privilegiar o desenvolvimento local, qual seria a definição de ‘regional’ para esse tribunal de modo que não seja crivado de inconstitucionalidade esse novo diploma municipal?”*

**Resposta:**

*“Nas hipóteses de concessão dos benefícios tratados nos incisos I, II e III do artigo 48 da LC nº 123/06, é possível se estabelecer prioridade de contratação para as MEs e EPPs sediadas local ou regionalmente (até o limite de 10% do melhor preço válido), nos termos do disposto no § 3º do artigo 48 do referido diploma legal. A área geográfica a ser considerada como ‘regional’ deverá ser delimitada, definida e justificada pela Administração licitante no âmbito de cada procedimento licitatório, devendo ser comprovada, no caso concreto, a correlação entre o objeto licitado, a área geográfica delimitada, o tratamento diferenciado e simplificado às MEs e EPPs e o alcance do objetivo previsto no artigo 47 da LC nº 123/06. Revela-se de todo conveniente que a Administração institua e mantenha registro cadastral de fornecedores, a fim de demonstrar, antes da deflagração do certame, a existência de pelo menos 3 (três) MEs e EPPs sediadas local ou regionalmente aptas a atender ao objeto predefinido, em observância à condicionante tratada no inciso II do artigo 49 da LC nº 123/06.”*

**PERGUNTA 3:**

*“O Município realizando licitação nos termos do artigo 48, ainda que explícito no instrumento convocatório, poderia:*

*3.1) Destinar exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)?*

3.2) *Exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, no percentual máximo do objeto a ser subcontratado de até 30% (trinta por cento) do total licitado?*

3.3) *Estabelecer cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível?”*

**Resposta:**

*“Observadas as condicionantes do artigo 49 da LC nº 123/06 e independentemente da existência de regulamentação local ou de previsão expressa no instrumento convocatório, a administração direta e indireta, autárquica e fundacional:*

*3.1 deverá realizar procedimento licitatório destinado exclusivamente à participação de MEs e EPPs nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00, observando que, conforme decidido pela maioria do Plenário deste Tribunal no TC-5509.989.15-8, cada licitação, diante do todo pretendido pela Administração, apresenta-se como um ‘item de contratação’;*

*3.2 poderá exigir dos licitantes a subcontratação de MEs e EPPs em processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, devendo a Administração estimular, de forma justificada, o percentual máximo de subcontratação admissível em cada contratação, observado o disposto no artigo 72 da Lei nº 8.666/93 e vedada a subcontratação total do objeto;*

*3.3 deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% do objeto para a contratação de MEs e EPPs. Poderá ainda ser estabelecida, em todos esses casos, prioridade de contratação para as MEs e EPPs sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% do melhor preço válido, devendo ser observada a orientação contida na resposta ao quesito nº 2.”*

**PERGUNTA 4:**

*“O tratamento privilegiado, que a LC nº 123/06 dá às microempresas e às empresas de pequeno porte é incompatível com a Lei 8.666/93? Qual das leis prevalece?”*

**Resposta:**

*“Não há incompatibilidade entre o tratamento privilegiado conferido às MEs e EPPs pela LC nº 123/06 e a Lei nº 8.666/93, devendo a Administração observar o disposto no artigo 5º-A da Lei de Licitações e Contratos, no sentido de que “as normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.”*

**SESSÃO:** 06-08-14 **PUBLICAÇÃO:** 23-06-16

**PROCESSO:** TC 57/020/14

**INTERESSADO:** Prefeita do Município de Guarujá.

**ASSUNTO:** Consulta sobre a aplicabilidade do artigo 29-A da Constituição Federal, no que se refere ao índice populacional a ser utilizado em face do limite fixado aos repasses de duodécimos às Câmaras Municipais, se do último censo demográfico realizado pelo IBGE ou das estimativas anuais divulgadas pelo referido Instituto até 31 de agosto de cada ano.

**CONCLUSÃO:**

**PERGUNTA:**

*“Para atendimento ao disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, qual referência deve ser utilizada para fins de apuração do percentual de repasse do duodécimo à Câmara Municipal, os dados do último censo (31/12/2010) ou as estimativas anuais devidamente publicadas pela Fundação IBGE até 31 de agosto de cada ano?”*

**RESPOSTA:**

*“Para o fim de dar cumprimento ao Artigo 29-A da Constituição Federal a fixação do limite de repasses às Câmaras Municipais deve observar a estimativa anual populacional oficialmente divulgada pelo IBGE no exercício anterior ao de elaboração das propostas orçamentárias.”*

**SESSÃO:** 11-05-16 **PUBLICAÇÃO:** 31-05-16

## 2. DELIBERAÇÕES

**PROCESSO:** TC-A-258/86

**ASSUNTO:** Contabilização extraorçamentária.

**CONCLUSÃO:** *“Em se tratando de recursos orçamentários, não previsíveis no orçamento municipal, de origem estadual, aplicados pelo município em patrimônio estadual, deverão ser contabilizados extraorçamentariamente, observadas as regras da Lei 4.320/64.”*

**SESSÃO:** 05-09-90 **PUBLICAÇÃO:** 20-09-90

**PROCESSO:** TC-A-6063/86/9

**ASSUNTO:** Empenho por estimativa.

**CONCLUSÃO:** *“Mantida a Deliberação exarada pelo Tribunal Pleno, em Sessão de 06-08-86, no processo TC-3853/84/8, que considerou regular o empenho por estimativa, acompanhado da relação de credores.”*

**SESSÃO:** 27-10-93 **PUBLICAÇÃO:** 23-12-93

**PROCESSO:** TC-A-108527/026/89

**ASSUNTO:** Concessão de moradia a autoridades públicas.

**CONCLUSÃO:** *“Descabe aos municípios conceder moradia a magistrados, membros do Ministério Público ou a servidores públicos federais ou estaduais.”*

**SESSÃO:** 10-11-93 **PUBLICAÇÃO:** 26-02-94

**PROCESSO:** TC-A-011291/026/91

**ASSUNTO:** Licitações e Contratos.

**CONCLUSÃO:** *“Oficiar às Secretarias de Estado, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações, para que as mesmas apresentem seus regulamentos de licitação e contratação, devidamente adaptados à legislação em vigor, não mais aceitando procedimentos estranhos à legislação pertinente, após o prazo acima referido.”*

**SESSÃO:** 17-04-91 **PUBLICAÇÃO:** 10-05-91

**PROCESSO:** TC-A-002279/026/92

**ASSUNTO:** Patrocínio de equipes desportivas.

**CONCLUSÃO:** *“É vedado às sociedades de economia mista, sob controle acionário da Fazenda Estadual, prestadoras de serviços públicos em regime que se configura como monopólio, despesas, sob qualquer modalidade, com patrocínio de equipes desportivas, inclusive repasse de verbas a clubes ou associações esportivas ou de classe, bem como despesas com “merchandising” ou publicidade que não se enquadrem nos §§ 1º e 2º, do artigo 115, da CE.*

*A presente Deliberação produzirá efeitos a partir de 22-01-92, concluindo-se os contratos, atualmente em vigor, na forma em que foram celebrados, vedadas prorrogações.”*

**SESSÃO:** 22-01-92 e 19-01-94 **PUBLICAÇÃO:** 12-05-92 e 06-05-94

**PROCESSO:** TC-A-002867/026/92

**ASSUNTO:** Recurso.

**CONCLUSÃO:** *“Não serão conhecidos outros recursos, que não o pedido de reexame a parecer exarado na apreciação de contas municipais, nos termos do artigo 172, parágrafo único da Consolidação do Regimento Interno.”*

**OBSERVAÇÃO:** Essa regra está consubstanciada no artigo 70, da LC 709/93.

**SESSÃO:** 22-01-92 **PUBLICAÇÃO:** 26-02-92

**PROCESSO:** TC-A-019151/026/92

**ASSUNTO:** UNESP - Adicional por tempo de serviço.

**CONCLUSÃO:** *“Considerado ilegal o ato do Magnífico Reitor da Universidade Estadual Paulista ‘Julio de Mesquita Filho’, que aprovou o parecer NR 59/90 - AJ, de 03-05-90, determinando o retorno à aplicação dos índices estabelecidos na Lei nº 10.261/68, pertinente à incidência de adicional por tempo de serviço, por conflitar com o disposto nos artigos 37, XIV da CF e 115, XVI da CE.”*

**SESSÃO:** 12-08-92 **PUBLICAÇÃO:** 08-10-92

**PROCESSO:** TC-A-030192/026/92

**ASSUNTO:** Publicação de atos no D.O.E.

**CONCLUSÃO:** *“À vista do que dispõe a lei, a municipalidade está obrigada a publicar seus resumos de editais de concorrência, tomada de preços, concursos e leilões no Diário Oficial do Estado (independentemente de possuir ou não imprensa oficial própria), em jornal de grande circulação no Estado e, ainda, se existir, em jornal de circulação no Município ou região.”*

**SESSÃO:** 19-02-97 **PUBLICAÇÃO:** 13-03-97

**PROCESSO:** TC-A-010535/026/94

**ASSUNTO:** Competência das Câmaras Municipais (C.F. art. 31, § 1º; art. 75 c.c. art. 70; art. 75 c.c. art. 71, inc. II; art. 75 c.c. art. 71, inc. VIII, IX e X; art. 75 c.c. art. 71, § 1º e 2º e art. 31, § 2º).

**CONCLUSÃO:** *“Cientificar as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo de que: Incumbe à Câmara Municipal, à vista de parecer prévio do Tribunal de Contas, o qual só deixará de prevalecer por decisão de dois terços de seus membros, julgar as contas anuais da administração financeira do Município;*

*Compete também à Câmara Municipal sustar a execução de contrato julgado irregular pelo Tribunal de Contas e diligenciar junto ao Prefeito Municipal a adoção das procedências consequentes, cumprindo ao Tribunal de Contas decidir a respeito, caso não sejam efetivadas as correspondentes medidas, no prazo de 90 (noventa) dias;*

*à Câmara Municipal, entretanto, não cabe rever decisões do Tribunal de Contas acerca da prática, execução ou sustação de quaisquer atos de administração do Município, dos quais resulte ou possa resultar renúncia de receita ou geração de despesa, tais como adiantamentos, auxílios, subvenções, editais de licitação, procedimentos licitatórios, contratos e expedientes análogos e respectivos aditamentos, além de convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.”*

**SESSÃO:** 19-10-94 **PUBLICAÇÃO:** 10-11-94

**PROCESSO:** TC-A-013214/026/94

**ASSUNTO:** Denúncia.

**CONCLUSÃO:** *“Traça diretrizes para a tramitação de denúncia acerca de ilegalidades ou irregularidades cometidas contra a probidade administrativa ou órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional do Estado e dos Municípios.”*

**OBSERVAÇÃO:** O tema “Denúncia” é tratado nos artigos 215 a 219 do Regimento Interno, atualizado em SET/2005.

**SESSÃO:** 16-11-94 **PUBLICAÇÃO:** 20-12-94

**PROCESSO:** TC-A-032564/026/98

**ASSUNTO:** Incidente de inconstitucionalidade do §1º do artigo 6º da LC 846/98, versando sobre Organizações Sociais.

**CONCLUSÃO:** *“Com fundamento no inciso I do artigo 38 do Regimento Interno, entendeu ser constitucional o §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº 846/98.”*

**SESSÃO:** 05-02-03 **PUBLICAÇÃO:** 28-02-03

**PROCESSO:** TC-A-037755/026/99

**ASSUNTO:** CDHU – QUALIHAB.

**CONCLUSÃO:** *“Determinou a eliminação da exigência de comprovação, para fins de habilitação, da certificação QUALIHAB, dos editais de licitação de obras das licitações em andamento (que ainda não tenha ocorrido o recebimento das propostas).*

*Tal comprovação, a exemplo do que ocorre com as certificações ISO, poderá ser admitida para efeitos de classificação.*

*Para as licitações já concluídas (inclusive em fase de análise das propostas), as justificativas apresentadas pela CDHU serão aceitas, em razão do que se relevará a falha.”*

**SESSÃO:** 11-02-04 **PUBLICAÇÃO:** 13-02-04, 14-02-04 e 07-05-04

**PROCESSO:** TC-A-019173/026/00

**ASSUNTO:** Contas do Governador.

**CONCLUSÃO:** *“Nos termos e para os fins do artigo 56 da Lei Complementar nº 101/00, o parecer prévio sobre as contas do Governador destacará as parcelas de responsabilidade dos Chefes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, bem como do Presidente do Tribunal de Contas.*

*As contas anuais dos Chefes dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Presidente do Tribunal de Contas continuarão a ser julgadas pelo Tribunal de Contas, nos termos do inciso II do artigo 33 da CE.*

*A presente Deliberação se aplica a partir das contas anuais do exercício de 2000.”*

**SESSÃO:** 19-04-01 **PUBLICAÇÃO:** 20-04-01

**PROCESSO:** TC-A-032275/026/01

**ASSUNTO:** UNESP - Admissão de Pessoal.

**CONCLUSÃO:** *“No caso da UNESP, serão registradas, se atendidas as demais exigências, as admissões efetuadas até a data da publicação do v. acórdão do Tribunal de Justiça, que decretou a inconstitucionalidade da Resolução UNESP nº 46/95.*

*Será negado registro para as admissões feitas após aquela data para cargos, funções e empregos públicos criados pela referida Resolução, uma vez que tal ato de admissão estaria afrontando decisão judicial.*

*Para outros cargos, funções e empregos públicos também criados por Resoluções, com ou sem questionamento judicial, serão registradas as admissões que tenham sido feitas até a data de eventual decisão judicial e, para os casos em que não tenha havido ajuizamento, as que tenham sido feitas até a data da publicação da presente Deliberação.*

*Será negado registro às admissões ocorridas após decisão judicial e a partir da publicação da presente Deliberação. Para esta hipótese de cargos, funções e empregos públicos criados por outras resoluções, fica consignada determinação à UNESP para a adoção de providências com o objetivo de regularizar a situação.*

*Válido para outras Universidades/Autarquias que tenham criado cargos, funções e empregos públicos por Resoluções, nas mesmas condições."*

**SESSÃO:** 28-04-04 **PUBLICAÇÃO:** 07-05-04

**PROCESSO:** TC-A-015248/026/04

**ASSUNTO:** Admissão de pessoal por prazo determinado.

**CONCLUSÃO:** *"A admissão de pessoal por prazo determinado, para atendimento de situação de excepcional interesse público, deve, sempre, ser precedida de processo seletivo, salvo os casos de comprovada emergência que impeçam sua realização.*

*As leis municipais deverão ser ajustadas à regra do inciso II, do artigo 37, da CF."*

**SESSÃO:** 16-06-04 **PUBLICAÇÃO:** 01-07-04

**PROCESSO:** TC-A-016270/026/05

**ASSUNTO:** Acumulação de cargos remunerados por Presidentes de Câmaras Municipais.

**CONCLUSÃO:** *"O Vereador investido na Presidência da Câmara Municipal, em face das atribuições inerentes à representação e à administração do Poder Legislativo, deverá afastar-se do cargo, emprego ou função pública que exerça, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, salvo se houver comprovada compatibilidade de horários."*

**SESSÃO:** 13-12-06 **PUBLICAÇÃO:** 15-12-06

**PROCESSO:** TC-A-041972/026/06

**ASSUNTO:** Reajuste de subsídios durante a legislatura.

**CONCLUSÃO:** *"Advertam-se as Câmaras Municipais sobre a impossibilidade da incidência do reajuste do subsídio da Vereança, por ofensa aos princípios constitucionais da anterioridade e economicidade."*

**SESSÃO:** 19-12-06 **PUBLICAÇÃO:** 21-12-06 (republicação)

**PROCESSO:** TC-A-021176/026/06

**ASSUNTO:** Contratação de sistemas de ensino.

**CONCLUSÃO:** *"A contratação dos sistemas de ensino deverá ser precedida do correspondente processo licitatório, preferencialmente do tipo técnica e preço."*

**SESSÃO:** 22-08-07 **PUBLICAÇÃO:** 23-08-07 e 25-08-07

**PROCESSO:** TC-A-35186/026/08

**ASSUNTO:** Cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases no tocante a inclusão de gastos do Ensino.

**CONCLUSÃO:** *“Fica declarado e tenham as Prefeituras Municipais ciência de que não há possibilidade legal da inclusão de despesas com alimentação infantil e com uniformes escolares nos mínimos obrigatórios do Ensino, cumprindo-lhes observar os artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).”*

**SESSÃO:** 13-10-07 **PUBLICAÇÃO:** 15-10-08

**PROCESSO:** TC-A-43579/026/08

**ASSUNTO:** Pagamentos indevidos, com danos ao erário.

**CONCLUSÃO:** *“A satisfação dos débitos resultantes das decisões do Tribunal de Contas cabe aos responsáveis definidos no art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal, art. 32, parágrafo único da Constituição do Estado, e artigos 15, 36 e 39 da Lei Complementar nº 709/93.*

*Não atendida a determinação do Tribunal para recolhimento do débito, expedir-se-á o correspondente título executivo em favor da Fazenda Pública, segundo previsão do parágrafo 3º do art. 71 da Constituição Federal, cumprindo ao órgão administrativo competente adotar as providências necessárias à cobrança judicial ou extrajudicial, no prazo que lhe for fixado, definindo responsabilidades segundo a lei civil.”*

**SESSÃO:** 26-11-08 **PUBLICAÇÃO:** 04-12-08

**PROCESSO:** TC-A-42975/026/08

**ASSUNTO:** Despesas no âmbito das Câmaras Municipais.

**CONCLUSÃO:** *“Salvo o subsídio a que faz jus na conformidade do art. 29 da Constituição Federal, é vedado pagamento a qualquer título a Vereador.*

*O Vereador, no caso de deslocamento do Município para participação em eventos oficialmente autorizados, poderá ter as despesas eventualmente realizadas, suportadas pelo regime de adiantamento, de que trata o art. 68 da Lei Federal 4.320, de 1964, feito a servidor responsável pela necessária e correspondente prestação de contas.”*

**SESSÃO:** 26-11-08 **PUBLICAÇÃO:** 04-12-08

**PROCESSO:** TC-A-8792/026/09

**ASSUNTO:** Prestação de contas dos adiantamentos utilizados em despesas para operações policiais de caráter reservado.

**CONCLUSÃO:** *“É do Secretário da Segurança Pública a responsabilidade exclusiva pela prestação de contas de adiantamentos utilizados em despesas para operações policiais de caráter reservado, vedada a delegação.*

*A realização de despesas para operações policiais de caráter reservado deverá ficar restrita a número mínimo de responsáveis, com vistas a facilitar o controle das operações e dos gastos correspondentes.*

*Sem prejuízo do sigilo de que se revestem, as prestações de contas de despesas policiais de caráter reservado deverão conter singela identificação, a qual poderá ser representada pela denominação ou tema da operação.*

*Para fins de prestação de contas, deverá ser procedida a individualização dos adiantamentos a cada operação policial sigilosa.*

*A partir da entrada da documentação referente à prestação de contas dos adiantamentos utilizados em despesas para operações policiais de caráter reservado, os autos serão distribuídos e encaminhados, incontinenti, ao Conselheiro designado, a quem cumprirá, após exame preliminar, determinar o rito ordinário, ou a necessidade de imediato acionamento do artigo 45 da Lei Complementar nº 709/93, com a solicitação de informações complementares acerca da despesa, inclusive com a adoção das medidas previstas nos artigos 66 e 67 do Regimento Interno.”*

**SESSÃO:** 15-07-09 **PUBLICAÇÃO:** 22-07-09

**PROCESSO:** TC-A-19885/026/09

**ASSUNTO:** Aplicação mínima em Saúde e Educação.

**CONCLUSÃO:** “Art. 1º - O Apoio Financeiro da União não se insere no conjunto de impostos de que tratam os seguintes dispositivos da Constituição: art. 212 e art. 198, § 2º, III.

*Art. 2º - Em decorrência, os recursos oriundos do referido Apoio Financeiro não deverão compor a base de cálculo da receita para fins de aplicação mínima em Saúde e Educação.”*

**SESSÃO:** 16-09-09 **PUBLICAÇÃO:** 17-09-09

**PROCESSO:** TC-A-039661/026/09

**ASSUNTO:** Registro dos atos de nomeação dos cargos criados pela Lei Complementar Estadual nº 1074/08, no quadro de pessoal da USP.

**CONCLUSÃO:** “Art. 1º - Os atos de nomeação de servidores da Universidade de São Paulo nos cargos criados pela Lei Complementar nº 1074/08 serão objeto de exame em autos próprios em obediência às Instruções nº 1, de 2008.

*Art. 2º - Dos pedidos de registro deverá constar a prova de prévia aprovação em concurso ou processo seletivo público, bem como ato declaratório de invalidação do anterior provimento.*

*Art. 3º - Aplica-se esta Deliberação a situações análogas.”*

**SESSÃO:** 23-11-09 **PUBLICAÇÃO:** 25-11-09

**PROCESSO:** TC-A-11611/026/10

**ASSUNTO:** Indiscriminada vedação de produtos importados nas licitações.

**CONCLUSÃO:** “Art.1º - Não há possibilidade legal de inclusão nos editais de licitação de exigências que proíbam, sujeitem a requisitos não previstos em lei ou que, de

*qualquer forma, restrinjam a oferta de produtos importados, prática que, por colidir com as normas e princípios contidos na legislação de regência, submete o responsável à pena de multa prevista no artigo 104, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93.”*

**SESSÃO:** 24-05-10 **PUBLICAÇÃO:** 11-06-10

**PROCESSO:** TC-A-024468/026/11

**ASSUNTO:** Remanejamento da verba do ensino - FUNDEB.

**CONCLUSÃO:** *“A partir das contas anuais de 2011, não mais será admitida qualquer forma de integralizar as aplicações do FUNDEB que não tenham guardado rigorosa observância às disposições do artigo 21, § 2º, da Lei federal nº 11.494/07, ainda que excedido o piso do artigo 212 da Constituição Federal.”*

**SESSÃO:** 20-07-11 **PUBLICAÇÃO:** 28-07-11

**PROCESSO:** TC-A-021851/026/12

**ASSUNTO:** Fornecimento de vale alimentação/refeição.

**CONCLUSÃO:** *“Toda contratação para os serviços de fornecimento de vale-alimentação e/ou refeição há de ser precedido de licitação, sendo dispensável somente na hipótese em que o valor total do ajuste (valor repassado dos vales + taxa de administração) não ultrapassar o limite previsto no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8666/93.”*

**SESSÃO:** 04-07-12 **PUBLICAÇÃO:** 05-07-12

**PROCESSO:** TC-A-23996/026/15

**ASSUNTO:** Estudos sobre a inclusão ou não dos gastos com o PASEP nas despesas de pessoal de prefeituras e do Governo deste Estado.

**CONCLUSÃO:** *“1- A partir de 1º de janeiro de 2017 as despesas com o PASEP não mais serão incluídas nos gastos com pessoal e nas aplicações do ensino e da saúde de todos os jurisdicionados, inclusive do Governo Estadual, impondo-se, em consequência, o adequado planejamento, notadamente, nas respectivas peças orçamentárias.*

*2- Esta Deliberação não alcança as fundações públicas estaduais e municipais.”*

**SESSÃO:** 09-12-15 **PUBLICAÇÃO:** 15-12-15

### 3. SÚMULAS

*Repertório de Súmulas de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo :*

**SÚMULA Nº 1** - *Não é lícita a concessão de subvenção para bolsa de estudo e assistência hospitalar com caráter personalíssimo.*

**SÚMULA Nº 2** - *É inconstitucional a aplicação de Auxílios ou Subvenções, direta ou indiretamente na manutenção de culto religioso.*

**SÚMULA Nº 3** - *Não é lícita a concessão de Auxílios e Subvenções a entidades com fins lucrativos ou com a finalidade específica de valorização patrimonial.*

**SÚMULA Nº 4** - *As despesas somente poderão correr à conta da destinação constante do ato concessório.*

~~**SÚMULA Nº 5** - *A prova de exclusividade na aquisição de material, como justificativa de dispensa de licitação, não deve se limitar a declaração da própria firma, mas demonstrada através de patentes ou atestados dos órgãos de classe.*~~  
(Cancelada)

**SÚMULA Nº 6** - Compete ao Tribunal de Contas negar cumprimento a leis inconstitucionais.

**SÚMULA Nº 7** - *É de competência das Câmaras o julgamento de processos em que inicialmente haja configuração de alcance, não obstante a alçada do julgador singular.*-(CANCELADA)

**SÚMULA Nº 8** - *O recolhimento do principal e dos juros não ilide a figura do alcance, sem prejuízo da posterior expedição da provisão de quitação ao responsável.*

**SÚMULA Nº 9** - *As aquisições de obras de arte ou de valor histórico devem ser precedidas de laudo de autenticidade e avaliação.*

**SÚMULA Nº 10** - *O preço final do produto ofertado pelos proponentes deve incluir os tributos e demais encargos a serem suportados pelo ofertante.*

**SÚMULA Nº 11** - *Não basta o simples tabelamento de um produto para dispensar a administração pública de adquiri-lo mediante o competente certame licitatório.*

**SÚMULA Nº 12** - *Depende de licitação a aquisição de combustíveis e derivados de petróleo pelos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal, direta e indireta, aí incluídas as fundações instituídas pelo poder público e empresas sob seu controle, não podendo eventual dispensa fundar-se no inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.*

**SÚMULA Nº 13** - *Não é lícita a contratação pelas Prefeituras Municipais de terceiros, sejam pessoas físicas ou jurídicas, para Revisão das Declarações para o Índice de Participação dos Municípios - DIPAMS, a qual deve ser feita por servidores públicos locais, valendo-se do auxílio da Secretaria Estadual da Fazenda.*

~~**SÚMULA Nº 14** - *Exigências de comprovação de propriedade, apresentação de laudos e licenças de qualquer espécie só são devidas pelo vencedor da licitação; dos proponentes poder-se-á requisitar tão somente declaração de disponibilidade ou de que a empresa reúne condições de apresentá-los no momento oportuno.*~~  
(CANCELADA)

**SÚMULA Nº 15** - *Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de qualquer documento que configure compromisso de terceiro alheio à disputa.*

**SÚMULA Nº 16** - *Em procedimento licitatório, é vedada a fixação de distância para usina de asfalto.*

**SÚMULA Nº 17** - *Em procedimento licitatório, não é permitido exigir-se, para fins de habilitação, certificações de qualidade ou quaisquer outras não previstas em lei.*

**SÚMULA Nº 18** - *Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de comprovação de filiação a Sindicato ou a Associação de Classe, como condição de participação.*

**SÚMULA Nº 19** - *Em procedimento licitatório, o prazo para apresentação das amostras deve coincidir com a data da entrega das propostas.*-(CANCELADA)

**SÚMULA Nº 20** - *As contratações que objetivem a monitoração eletrônica do sistema de trânsito devem ser precedidas de licitação do tipo “menor preço”, vedada a delegação ao particular de atividades inerentes ao Poder de Polícia da Administração, bem como a vinculação do pagamento ao evento multa.*

**SÚMULA Nº 21** - *É vedada a utilização de licitação do tipo “técnica e preço” para coleta de lixo e implantação de aterro sanitário.*

**SÚMULA Nº 22** - *Em licitações do tipo “técnica e preço”, é vedada a pontuação de atestados que comprovem experiência anterior, utilizados para fins de habilitação.*

**SÚMULA Nº 23** - *Em procedimento licitatório, a comprovação da capacidade técnico-profissional, para obras e serviços de engenharia, se aperfeiçoará mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), devendo o edital fixar as parcelas de maior relevância, vedada a imposição de quantitativos mínimos ou prazos máximos.*

**SÚMULA Nº 24** - *Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.*

**SÚMULA Nº 25** - *Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.*

**SÚMULA Nº 26** - *É ilegal a exigência de recibo de recolhimento da taxa de retirada do edital, como condição para participação em procedimentos licitatórios.*

**SÚMULA Nº 27** - *Em procedimento licitatório, a cumulação das exigências de caução de participação e de capital social mínimo insere-se no poder discricionário do administrador, respeitadas os limites previstos na lei de regência.*

**SÚMULA Nº 28** - *Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de comprovação de quitação de anuidade junto a entidades de classe como condição de participação.*

**SÚMULA Nº 29** - *Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de certidão negativa de protesto como documento habilitatório.*

**SÚMULA Nº 30** - *Em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica, poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, ficando vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens.*

**SÚMULA Nº 31** - *Em procedimento licitatório, é vedada a utilização do sistema de registro de preços para contratação de serviços de natureza continuada.*

**SÚMULA Nº 32** - *Em procedimento licitatório, é vedada a utilização do sistema de registro de preços para contratação de obras e de serviços de engenharia, exceto aqueles considerados como de pequenos reparos.*

**SÚMULA Nº 33** - *No sistema de registro de preços, é vedada a adesão à ata por órgão ou entidade que não participou da licitação ("carona"), excetuadas as hipóteses admitidas em lei federal.*

**SÚMULA Nº 34** - *A validade da ata de registro de preços, incluídas eventuais prorrogações, limita-se ao período máximo de 1 (um) ano.*

**SÚMULA Nº 35** - *Em procedimento licitatório para aquisição de cartuchos de impressão e similares, é vedada a exigência de marca idêntica à dos equipamentos a que se destinam, exceto enquanto estes estiverem em período de garantia condicionada ao uso de insumos da mesma marca.*

**SÚMULA Nº 36** - *Em procedimento licitatório, não se admite vedação a bens de fabricação estrangeira, salvo se decorrente de disposição legal.*

**SÚMULA Nº 37** - *Em procedimento licitatório para contratação de serviços de caráter continuado, os percentuais referentes à garantia para participar e ao capital social ou patrimônio líquido devem ser calculados sobre o valor estimado correspondente ao período de 12 (doze) meses.*

**SÚMULA Nº 38** - *Em procedimento licitatório, é vedada a exigência antecipada do comprovante de recolhimento da garantia prevista no artigo 31, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, o qual deve ser apresentado somente com a documentação de habilitação.*

**SÚMULA Nº 39** - *Em procedimento licitatório, é vedada a fixação de data única para realização de visita técnica.*

**SÚMULA Nº 40** - *O repasse de recursos financeiros a entidades do terceiro setor depende da efetiva compatibilidade entre as finalidades estatutárias da beneficiária e o objeto da transferência.*

**SÚMULA Nº 41** – *Nos repasses de recursos a entidades do terceiro setor não se admite taxa de administração, de gerência ou de característica similar.*

**SÚMULA Nº 42** – *Nas aquisições de gêneros alimentícios, a apresentação de laudo bromatológico do produto, quando exigida, deve ser imposta apenas à licitante vencedora e mediante prazo suficiente para atendimento.*

**SÚMULA Nº 43** – *Na licitação para concessão do serviço público de transporte coletivo de passageiros, os requisitos de qualificação econômico-financeira devem ter como base de cálculo o valor dos investimentos devidos pela concessionária.*

**SÚMULA Nº 44** – *As receitas advindas da dívida ativa e da Lei Complementar nº 87, de 13 setembro de 1996 (Lei Kandir), não ingressam na base de cálculo sobre a qual se apura o limite de despesa das Câmaras Municipais, previsto no art. 29-A da Constituição Federal.*

**SÚMULA Nº 45** – ~~*É vedado o pagamento a Vereadores de 13º salário, sessões extraordinárias ou verbas de gabinete*~~ (CANCELADA)

**SÚMULA Nº 46** – *É vedado designar agente político como responsável por adiantamento, nos termos do art. 68, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.*

**SÚMULA Nº 47** – *Em procedimento licitatório, é vedada a utilização do tipo técnica e preço ou melhor técnica para contratação de licença de uso de software dito “de prateleira”.*

**SÚMULA Nº 48** – *Em procedimento licitatório, é possível a exigência de capital social mínimo na forma integralizada, como condição de demonstração da capacitação econômico-financeira.*

**SÚMULA Nº 49** – *Em procedimento licitatório, o visto do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA/SP deve ser dirigido apenas ao vencedor do certame, como condição de assinatura do contrato.*

**SÚMULA Nº 50** – *Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.*

**SÚMULA Nº 51** – *A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.*

**SÚMULA Nº 52** – *É vedado o pagamento de sessões extraordinárias ou verbas de gabinete a Vereadores.*

## **4. JULGADOS**

### **4.1 DECISÕES EM EXAMES PRÉVIOS**

**Resumos de decisões, em exames prévios de edital, constantes dos Comunicados abaixo, disponíveis no site:**

**Comunicados GP nºs 02/2015 e 10/2016 - exercício 2015**

**Comunicados GP nºs 16/2016 e 40/2016 - exercício 2016**

**Comunicados GP nºs 32/2017 e 01/2018 - exercício 2017**

**Comunicados GP nºs 28/2018 e 01/2019 - exercício 2018**

**[www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br)**

A versão eletrônica deste Manual de  
Orientação está na página do TCESP

### **Redes Sociais**

-  [facebook.com/tcesp](https://facebook.com/tcesp)
-  [youtube.com/tcespoficial](https://youtube.com/tcespoficial)
-  [flickr.com/tcesp](https://flickr.com/tcesp)
-  [twitter.com/tcesp](https://twitter.com/tcesp)
-  [instagram.com/tcesp](https://instagram.com/tcesp)
-  [linkedin.com/company/tcespoficial](https://linkedin.com/company/tcespoficial)